ELÓI MARTINS SENHORAS
FRANCISLEILE LIMA NASCIMENTO
(organizadores)

POLÍTICAS PÚBLICAS

ABORDAGENS SETORIAIS

EDITORA

POLÍTICAS PÚBLICAS

Abordagens Setoriais

POLÍTICAS PÚBLICAS

Abordagens Setoriais

Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se51 SENHORAS, Elói Martins; NASCIMENTO, Francisleile Lima (organizadores).

Políticas Públicas: Abordagens Setoriais. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 155 p.

Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-998359-5-7
https://doi.org/10.5281/zenodo.7382446

1 - Brasil. 2 - Estudos de Caso. 3 - Políticas Públicas. 4 - Roraima.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Políticas Públicas. IV - Série

CDD–320

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

O homem é por natureza
um animal político

Aristóteles

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
Políticas Públicas: Contextos, Teorias e Doutrinas 15

CAPÍTULO 2 |
Políticas Públicas: Agenda Urbana 41

CAPÍTULO 3 |
Políticas Públicas: Agenda Educacional 71

CAPÍTULO 4 |
Políticas Públicas: Agenda Migratória 89

CAPÍTULO 5 |
Políticas Públicas: Agenda de Direitos Humanos 107

CAPÍTULO 6 |
Políticas Públicas: Agenda de Segurança Pública 127

AUTORES | 147

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este livro, "Políticas Públicas Abordagens Setoriais", tem o objetivo de apresentar uma macrovisão sobre a temática de Políticas Públicas em Roraime e no Brasil, por meio da reunião de um conjunto de reflexões derivadas do IV Seminário de Políticas Públicas, realizado nos dias 29 e 30 novembro de 2022 na Universidade Federal de Roraima (UFRR).

O evento explorou as Políticas Públicas a partir de uma concepção sistêmica e multisetorializada, teórica, histórica e empírica, sendo conformado por uma visão panorâmica e por um amplo público composto desde estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais do setor público e demais interessados na temática.

Nesta obra, os artigos consolidam um espaço de comunicação de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento que integraram, durante o IV Seminário de Políticas Públicas de Roraima, a comunidade epistêmica na área, e de certo modo contribuem como uma iniciativa inicial para o fortalecimento do campo da investigação em políticas públicas no estado.

Constituído por 30 resumos expandidos, apresentados no IV Seminário de Políticas Públicas de Roraima, o presente livro foi estruturado em 6 eixos temáticos que correspondem aos núcleos de convergência aglutinadora das diferentes pesquisas apresentadas, respectivamente identificados por um conjunto de agendas:

1) Políticas Públicas: Contextos, Teorias e Doutrinas
2) Políticas Públicas: Agenda Urbana

3) Políticas Públicas: Agenda Educacional
4) Políticas Públicas: Agenda Migratória
5) Políticas Públicas: Agenda de Direitos Humanos
6) Políticas Públicas: Agenda de Segurança Pública

As discussões e resultados apresentados no presente livro apontam não apenas a abertura para discussões sobre políticas públicas que somente foi possível em função de um trabalho articulado a várias mãos por um conjunto de 38 pesquisadoras e pesquisadores com distintas formações acadêmicas e *expertises* profissionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos desta obra combina distintas abordagens qualitativas, recortes teóricos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda eclética de estudos sobre o amplo campo de estudos sobre Políticas Públicas.

Recomendada para um extenso número de leitores, esta obra traz relevantes reflexões sobre as agendas, sujeitos e instituições envolvidos no campo de poder das Políticas Públicas, as quais vão, potencialmente ao encontro do interesse, de tanto um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto um público especializado de acadêmicos, profissionais, bem como de *policymakers* na temática.

Ótima leitura!

Prof. Elói Martins Senhoras

Profa. Francisleile Lima Nascimento

CAPÍTULO 1

Políticas Públicas: Contextos, Teorias e Doutrinas

APLICAÇÃO DOS TIPOS DE FINANCIAMENTO COLETIVO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA VIABILIDADE DOS QUATRO TIPOS

Hiago Pereira

Ananda Monteiro Fernandes

Karine Moura Lisboa

Há um senso de distanciamento, e por vezes até rejeição, de parcela da sociedade dos processos de políticas públicas já que estas envolvem majoritariamente meios institucionais, *i.e.*, impessoais, *top-down*, até a objetivo final de uma política pública. O *crowdfunding*, ou financiamento coletivo, se apresenta como um conjunto de ferramentas capaz de reaproximá-los de todas as etapas das políticas públicas devido a sua natureza singular já que quando se trata de contribuir diretamente para a execução de algum projeto ou tarefa, é mais provável que o contribuinte crie um laço que o compele a segui-la até o fim.

O objetivo desta pesquisa é apresentar os tipos de financiamento coletivo, suas especificidades e viabilidade dentro das políticas públicas. A metodologia parte de uma abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, exploratória e bibliográfica especializada em políticas públicas e regimentos jurídicos do financiamento coletivo no mundo e no Brasil, assim como alguns artigos acadêmicos.

O financiamento coletivo parece ser um fenômeno atual dada sua difusão propiciada pela internet e as plataformas que o sistematizaram, mas presumir isso é, no mínimo, subestimar a

história desse sistema. Se analisarmos anacronicamente essa história, ao menos no Brasil, podemos afirmar que as raízes desse sistema vêm ainda dos programas televisivos de cunho filantrópico, como o Teleton e o Criança Esperança.

Extrapolando até mesmo essa esfera, pode afirmar que as raízes são ainda mais antigas, nos movimentos filantrópicos de grandes capitalistas da segunda metade do século XIV e da primeira metade do século XX, como o John Davison Rockefeller e Henry Ford sob a perspectiva de "devolver ao mundo o que o mundo nos deu". Em primeira análise, podemos afirmar que existem quatro tipos, ou sistemas, de financiamento coletivo em aplicação atualmente, independentemente de seu objetivo: os sistemas de (a) doações; (b) recompensa; (c) empréstimo; e (d) valores mobiliários. A título de objetivo desse estudo, dois tipos devem receber atenção especial, (a) e (b), mas, analisar os demais ainda é importante para desenvolver por que de tal enfoque e afunilar o escopo do trabalho.

O sistema de doações é aparentemente o mais simples dos quatro já que, no geral, é executado por organizações sem fins lucrativos para fins filantrópicos, onde criador solicita uma quantia específica de investimento, na forma de doações, para a execução de seu projeto e um investidor, nesse caso doador, cede uma parcela dessa quantia para o projeto, sem condições atreladas.

O mais em voga na atualidade, o sistema de recompensas, como o nome já sugere, pressupõe a existência de uma contrapartida ao investimento, a recompensa, geralmente de cunho material. Criadores de projetos geradores de bens de consumo geralmente o procuram, já que no tipo anterior há a expectativa de que o criador do projeto não gerará lucros a partir dele, enquanto nesse sistema o investidor, ao receber a contrapartida, abre mãos dos lucros que serão gerados a partir do resultado do projeto, isto é, do produto.

O terceiro tipo, o de empréstimo, é bem menos comum no Brasil. Devido a sua natureza peculiar, enfrentaria problemas regulatórios específicos de instituições financeiras segundo a legislação brasileira. Esse sistema abarca duas formas a partir de um resultado positivo: a de participação dos investidores nos resultados, isto é, nos dividendos, e a de participação direta em ações; vale salientar que ambas partem do pressuposto que há a troca do investimento pelo resultado.

A última categoria de apresentada é a de valores mobiliários. Esse sistema consiste no modelo mais problemático dentre os citados até agora, já que, no geral, cada país possui suas próprias regras relativas à forma pelas quais os valores mobiliários são negociados em seus territórios. A própria natureza da política pública elimina os tipos (c) e (d), pois ambos visam lucros particulares, enquanto políticas públicas visam o bem público.

Resta analisar se os sistemas (a) e (b) satisfazem as imposições? Das políticas públicas, se sua fundamentação jurídica? Serve de arcabouço para a legitimação do financiamento coletivo como ferramenta viável dentro dos ciclos? De política públicas e se é possível a existência de um modelo de aplicação dessa ferramenta que os *policymakers* possam adotar.

Palavras-chave: financiamento coletivo; políticas públicas; tipologia.

A POLÍTICA DO ESTADO NAS FALHAS DE MERCADO E SEUS EFEITOS SEGUNDO AS ÓTICAS LIBERAIS

Ana Luiza Gonçalves de Abreu

Ingrid Cardoso Caldas

Os diversos e intensos debates sobre o nível de crescimento de países subdesenvolvidos, exclusivamente na América Latina tem se intensificado com os anos. Ao observar políticas adotadas por outros países em processo de desenvolvimento o questionamento de quais políticas são de fato eficazes vem à tona, como consequência a divisão de ideais urge em grandes nações, ocasionando um processo desgastante de polarização. Uns defendendo um mercado livre de qualquer intervenção e outros adeptos do controle governamental sobre os desequilíbrios causados pelo sistema econômico livre.

A partir da observação do contexto político e econômico brasileiro no ano de 2022, o cenário dividido entre liberais e conservadores caracterizou-se por estarem em lados opostos da corrente de pensamento econômica durante a disputa presidencial, deixando claro a extrema polarização do país. E ao observar a questão das falhas de mercado: desemprego e inflação, que sempre foram duas preocupações brasileiras decidi estudar mais a fundo as possíveis causas dessas falhas e a forma que o Estado lida com elas e as reações do mercado quando a mesmas podem acontecer.

A presente pesquisa tem como objetivo demonstrar em que medida o livre mercado pode evitar a existência das falhas de mercado, de forma que seja limitada a intervenção estatal na economia. Para isso, há a necessidade de expor a base teórica do

liberalismo e as ideias desenvolvidas ao longo dos séculos, bem como a introdução das falhas de mercado no âmbito brasileiro, por meio da observação da adoção de políticas liberais para seu controle e demonstrar as funções do Estado e os reflexos das suas políticas nas falhas de mercado, evidenciando seus aspectos negativos na economia e na sociedade.

Com base nas teorias econômicas, especificamente a teoria do Bem-estar social, cuja ideia central é alocar de forma equilibrada recursos, a fim de maximizar a satisfação dos indivíduos de um determinado sistema, proporcionou a criação do conceito de bem-estar social por meio do 'Ótimo de Pareto' no sentido econômico. Tal conceito define um estado de alocação de recursos que não é possível melhorar a situação, ou, mais genericamente, a utilidade de um agente, sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outro agente econômico.

Essa alocação de bens e serviços em um mercado livre não é eficiente, levando a uma perda de bem-estar social. No geral, essas ocorrências são resolvidas pela intervenção do Estado, possuindo uma relação direta com as funções do Estado de alocar e distribuir recursos a fim de estabilizar o mercado. São elas: a existência de bens públicos, monopólios naturais, externalidades, mercados incompletos, falhas de informação, desemprego e inflação. Essas falhas foram identificadas especificamente na primeira metade do século XX, marcado pelo questionamento das ideias neoclássicas decorrentes da crise do mercado de 1929.

Entretanto, ao longo do tempo a existência desses desequilíbrios foi questionada pela Escola Liberal, principalmente a de Chicago, que defende uma economia livre da intervenção estatal. A Escola Americana afirma que quanto menos interferência o mercado sofre mais independente ele é, ou seja, menos questões políticas relacionadas intrinsecamente ao social para serem resolvidas. Friedman destacou-se defendendo que os governos

devem se limitar a controlar a oferta de moeda, isto é, da política monetarista, ou seja, a ênfase do governo deveria se dar na composição de gastos públicos e tributação.

Esta pesquisa apoiar-se-á no método descritivo qualitativo, cujo foco foi estudar e analisar os fundamentos da escola liberal, e as políticas da Escola de Chicago, usando como referencial obras publicadas de um dos seus principais teóricos: Milton Friedman, bem como de adeptos da mesma corrente econômica. E ao analisar teoricamente, comparar com as políticas liberais adotadas por países em desenvolvimento observando seu crescimento econômico, por meio da análise de dados secundários.

Como conclusão parcial, visto que a pesquisa está em andamento, ao observar as políticas brasileiras adotadas a partir do ano de 2018 com um ministro da economia com um perfil liberal, o país obteve um crescimento significativo nas áreas macro e microeconômicas, com um notório aumento no PIB, o decrescimento da taxa inflacionária e do desemprego, além de ultrapassar a China, uma grande potência, em níveis de crescimento.

Palavras-chave: Brasil; crescimento econômico; falhas de mercado; política liberal.

PERCEPÇÃO DO CONCEITO DE "DESTRUIÇÃO CRIATIVA" EMPRESARIAL SOB A PERSPECTIVA DO CENÁRIO PANDÊMICO DA COVID-19

Francisleile Lima Nascimento

A presente pesquisa aborda a temática da cultura de inovação, que consiste no implemento de um novo produto ou serviço no mercado. Dessa forma, considerando que no âmbito organizacional é comum a existência de problemas processuais em termos de produtividade e redução de custos, a pesquisa questiona o papel da cultura de inovação na redução de custos e aumento da produtividade. A pesquisa tem como objetivo analisar a aplicabilidade da cultura da inovação e a destruição criativa e de como podem contribuir para o enfrentamento das dificuldades empresariais, no contexto da pandemia da COVID-19.

A metodologia parte de uma revisão bibliográfica, sob a ótica da hermenêutica administrativa, através do uso de análise esquemática como o método dedutivo. Sendo assim, diante das dificuldades e anseios que as empresas têm apresentado no contexto da pandemia da COVID-19, a destruição criativa tem o intuito de resolver problemas e dilemas empresariais. Nesse sentido são evidenciados problemas relacionados à pandemia da COVID-19, baixas barreiras à entrada de novas empresas, bem como as mudanças rápidas nas tendências dos mercados, dificuldades econômicas e aumento dos preços e dos insumos, que de alguma forma trouxeram uma desestabilização nas empresas trabalhadas, muitas delas não estavam preparadas para esse grande impacto.

Vale ressaltar que as ameaças estão ligadas aos fatores externos, como as dificuldades econômicas e surgimento de novas

empresas, aumentando a concorrência do mercado local. Outro fator de grande impacto foi a pandemia da COVID-19 que trouxe grande preocupação com relação ao fechamento ou limitação do comércio e a assistência e amparo por meio do auxílio emergencial, que gerou grande burocracia ao acesso.

O comércio ainda vivencia uma incerteza com relação a baixa diversificação dos clientes, que apesar de todo avanço tecnológico e informacional, o mercado local sofre com as mudanças rápidas nas tendências dos mercados, com os entraves burocráticos, aumento dos preços e dos insumos que geram bastante desconforto aos clientes, que por sua vez querem comprar mais barato e estão cada vez mais criteriosos.

Quanto às oportunidades, pode-se perceber que existe disponível no mercado, a formação de novas parcerias, possibilidade de acompanhar as inovações no mercado, bem como a questão da baixa concorrência, e o crescimento de novos produtos, serviços e clientes que surgem no mercado local, que se forem bem aproveitadas, podem trazer benefícios para empresa. Dessa forma, cabe mencionar que dentre as parcerias, pode-se citar o SEBRAE na formação e capacitação dos gestores e colaboradores, bem como na mediação de criação de novos produtos e serviços. Essas parcerias podem ainda ser criadas de forma interna entre gestores e colaboradores, por meio da motivação e valorização dos trabalhadores com uma parceria externa, com a criação de um plano de fidelidade com os clientes.

Com relação as possibilidades de acompanhar as inovações no mercado, pode-se citar o uso do marketing e das oportunidades que surgiram em função da pandemia da COVID-19, que intensificou os serviços de pronta entrega "*delivery*", oportunizando que os serviços e produtos possam alcançar novos clientes e criar mercados com produtos diversificados, prezando a qualidade e a ampliação do mercado local, com novos serviços e produtos. Diante

das dificuldades e anseios que as empresas têm apresentado no contexto da pandemia da COVID-19, a destruição criativa tem o intuito de resolver problemas e dilemas empresariais. Sendo assim, a análise e avaliação da cultura da inovação possibilita identificar o desempenho satisfatório das ofertas e oportunidades geradas na pandemia.

A cultura da inovação não pode ser vista como apenas uma nova ideia, ou uma simples tecnologia implantada, onde necessita ser entendida e compreendida como uma ferramenta de geração de resultados, que tem como objetivo atender as necessidades das empresas, ela consiste em encontrar uma nova forma de resolver um determinado problema, de algo que já existe e que podem ser implementados em seus negócios, gerando benefício para as empresas e clientes.

A cultura de inovação se constitui na aplicação de novos produtos e serviços (exógenos) e processos (endógenos), ressaltando que aplicabilidade da destruição criativa pode gerar produtos e serviços para potenciais clientes e como pode contribuir para a resolução da captação de capital, faturamento e acesso de novos mercados.

Sendo assim, diante das dificuldades e anseios que as empresas têm apresentado no contexto da pandemia da COVID-19, a destruição criativa tem o intuito de resolver problemas e dilemas empresariais. Logo, a análise e avaliação da cultura da inovação e a destruição criativa possibilitam identificar o desempenho satisfatório das ofertas e oportunidades geradas na pandemia.

Palavras-chave: COVID-19; cultura da inovação; destruição criativa; empresas.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Cândida Alzira Bentes de Magalhães

Carla Appollinario de Castro

Desde redemocratização do Brasil a partir de 1988 surge um novo perfil de política pública no país e consequentemente o surgimento de uma nova temática científica seguindo a agenda internacional dos Direitos Humanos. Com o nascimento de um novo marco legal no Brasil com o objetivo de regulamentar o tema constitucional previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 gerando assim, a substituição da Doutrina da Situação Irregular pela Doutrina da Proteção Integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o ECA, nasce como um verdadeiro divisor de águas na especialização da atenção e do cuidado para com as crianças e adolescentes no país e a caracterização da evolução científica acerca dos direitos do público infantojuvenil a partir de 1990 com o ECA, passa a ser objeto de pesquisa com crescente relevância científica.

A presente pesquisa se justifica, pelo fato de o ECA ser dotado de repercussões fenomenológicas, e a mudança de paradigmas advinda da transição das doutrinas específicas ao público infantojuvenil gerou desdobramentos naturais ao desenvolvimento de um campo científico de publicações voltadas para o direito das crianças e dos adolescentes. O fato da década de 1980 ter sido importante pois a partir da abertura democrática e o desejo social de aplicabilidade dos direitos humanos em solo brasileiro, ocorreu um boom, uma aceleração no ritmo das produções

sobre o tema aqui explorado, mas somente no ano de 2002 que se atinge uma massa crítica.

Percebe-se que os elementos da realidade social e jurídica na década de 1980 foram muito importantes e repercutiram no aumento da produção científica o que se acelera na década de 1990. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 em diante se tem uma mudança de paradigma na realidade social e jurídica da sociedade brasileira impactando assim, em novo perfil das publicações. Assim, o objetivo deste estudo é a análise da evolução das publicações científicas sobre o direito da criança e do adolescente no Brasil através do método histórico dedutivo utilizado para identificar a evolução epistemológica do tema.

O estudo parte inicialmente do enfoque nas pesquisas na língua portuguesa com um recorte temporal, entre 1927 (Primeiro Código de Menores do Brasil) a 2020 (ano dos 30 anos do ECA), utilizando-se de um método histórico-legal-dedutivo, com uma abordagem qualiquantitativa e exploratória, levantamento de dados a partir de uma revisão bibliográfica, integrativa e documental e dados analisados via hermenêutica jurídica e análise de conteúdo, onde juntamente com o crescimento de publicações foi possível se identificar duas fases distintas como resultado dos dados colhidos pela revisão integrativa na plataforma científica *Google Scholar* ou *Google Acadêmico*, onde foi utilizado um enfoque bibliométrico baseado na análise geral da produção científica total e análise específica dos textos mais citados os quais refletem o Estado do Arte.

Como resultados da pesquisa, além das duas fases identificadas como Fase 1 ou de Desenvolvimento Embrionário (1927 a 2001) e Fase 2 ou de Maturação Científica (2002 a 2020), foi evidenciada uma trajetória evolutiva das publicações com um padrão de rápido crescimento em um curto lapso temporal em razão de um contínuo surgimento de novas publicações a cada ano a uma taxa de crescimento absoluto maior em relação ao ano anterior (fluxo

anual), o que no médio e longo tempo gerou o adensamento do acervo total do campo de publicações (estoque acumulado).

Os textos que compõem o Estado da Arte das publicações na Fase 1 são publicações de espécie mista (livros e artigos) onde a natureza deles é de debates acadêmicos multidisciplinares inseridos nas Ciências Jurídicas e de Humanas especificamente nas áreas de educação e direito.

Na fase 2 do ciclo de vida, as discussões sobre os direitos das crianças e dos adolescentes passam a adquirir massa crítica em função pelo crescimento absoluto de pesquisas e de grupos de pesquisa e passam a subsidiar a consolidação de uma comunidade científica passando por um processo de estabilização na taxa de crescimento, revelando consequentemente, a maturação científica do campo de estudos frente aos seus pares de pesquisa já consolidados e são também publicações mistas.

Pelo exposto, conclui-se se que o ciclo de vida da produção em língua portuguesa sobre os direitos das crianças e dos adolescentes ao se estruturar em duas fases diferenciadas pelo ponto de inflexão atingido em 2002 demonstra uma dinâmica evolutiva quanto aspectos quantitativos das publicações inseridas no tema onde cada uma das etapas mostra a evolução epistemológica da comunidade científica.

Palavras-chave: Brasil; criança e adolescente; Direito; ECA; estado da arte.

CARACTERIZAÇÃO FENOMENOLÓGICA DO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: GRUPOS DE PESQUISA

Cândida Alzira Bentes de Magalhães

Carla Appollinario de Castro

Diante da crescente relevância científica dos estudos voltados para o público de vulneráveis principalmente após 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, a chamada Constituição Cidadã, seguindo a tendência internacional de maior aplicação dos Direitos Humanos, o tema dos estudos voltados para o público infantojuvenil tomou fôlego e passou a se desenvolver de forma mais estruturada no Brasil, principalmente após a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

A presente pesquisa se justifica, pelo fato de o "campo científico" se traduzir em uma complexa construção dos pesquisadores de uma comunidade científica onde estão presentes aspectos objetivos e subjetivos, como, por exemplo, ideias, discursos e práticas e na sua construção percebe-se que a mesma não acontece de maneira aleatória no tempo e no espaço, mas sim está permeada por uma contextualização histórica de debates, métodos e teorias específicas.

Utilizando-se de um método histórico-legal-dedutivo, com uma abordagem qualiquantitativa e exploratória, o objetivo deste estudo é realizar a caracterização dos grupos de pesquisa existentes no Brasil cujo objeto de estudo trata direta ou indiretamente sobre Crianças e Adolescentes.

A pesquisa foi realizada através de um processo de obtenção de dados primários junto a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa, pertencente à Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da pesquisa das seguintes palavras-chave como filtro: "criança + adolescente". A identificação dos grupos de pesquisa junto a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa (CNPq, 2022) verificou a existência do total de 494 grupos de pesquisa que trabalham com o tema sobre criança e adolescente, e possibilitou a análise dos dados tomando como base 4 variáveis balizadoras: a) instituição de origem do grupo; b) ano de fundação; c) gênero do(s) pesquisador(es) líder(es); e, d) região de origem do grupo de pesquisa.

Como resultados da pesquisa, dentre os 494 grupos de pesquisa que estudam direta ou indiretamente questões relacionadas com Crianças e Adolescentes, verificou-se que eles estão localizados nas cincos regiões brasileiras da seguinte forma: a maior concentração de grupos de pesquisas está localizada nas regiões Nordeste (128 grupos), Sudeste (186 grupos) e Sul (111 grupos) ocupando 86% das pesquisas no país. Os restantes 14% dos grupos se distribuem nas regiões Centro-Oeste (35 grupos) e Norte (34 grupos).

Ressalta-se que somente 196 grupos de pesquisa estudam diretamente questões envolvendo os termos "Criança" e "Adolescente", 40% do total dos grupos de pesquisa os quais se encontram dispersos nas cinco regiões brasileiras. Por outro lado, 298 citam indiretamente os termos "Criança" e "Adolescente" já que o objeto de estudos dos mesmos é mais amplo, também se encontram em situação dispersiva ao longo do Brasil representando 60% do geral.

Seguindo a caracterização dos grupos de pesquisa que trabalham direta ou indiretamente com a temática sobre o público infantojuvenil, a pesquisa identificou a existência de uma sólida

concentração de 328 profissionais do gênero feminino como líderes de pesquisa nos grupos, representando 66% do universo, havendo casos em que 26% existem o compartilhamento de liderança entre ambos os gêneros.

Quanto à liderança do gênero masculino, ela encontra-se presente em 8% dos grupos. Dentre os grupos, 407 possuem origem concentradamente de instituições públicas (82%) em contraposição a 18% dos grupos de pesquisa os quais são originados em instituições privadas. Quanto ao ano de fundação, o desenvolvimento numérico dos grupos de pesquisa sobre a crianças e adolescentes permite identificar uma periodização de formação do campo científico formado por uma evolução geracional bipartite desenvolvida ao longo de mais de seis décadas entre os anos de 1960 e 2022, sendo a primeira geração no período entre 1960 e 2000 e a segunda geração no período de 2001 a 2022.

Conclui-se se que a caracterização dos grupos de pesquisa aqui realizado se divide em duas gerações onde a primeira geração de grupos de pesquisa que versavam direta ou indiretamente sobre o tema em tela e trouxeram estudos iniciais com ênfase nas áreas de Ciências da Saúde e das Ciências Humanas e passou por um aumento ainda maior dos grupos de Ciências da Saúde na segunda geração, e mesmo com a promulgação do ECA em 1999, os grupos permaneceram concentrados na área de Saúde, com um foco menor em Ciências Humanas e menos intenso principalmente da área de Ciências Jurídicas a qual em ambas gerações de pesquisa conta com o total de 33 grupos.

Palavras-chave: Brasil; campo científico; criança e adolescente; grupos de pesquisa.

A VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE E PRIVACIDADE FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS POR MEIO DO "*REVENGE PORN*"

Fabiana Rikils

Betina Galves Rui

O "*revenge porn*" ganhou espaço pelo uso desenfreado das novas tecnologias de informação, que atacam a intimidade e privacidade das vítimas. A Sociedade da Informação facilitou a comunicação entre os homens, sendo está uma necessidade intrínseca do ser humano, visto que a comunicação é uma das formas de sobrevivência. A partir da terceira revolução industrial, teve-se o crescimento revolucionário da tecnologia, e na atualidade, é possível mandar mensagens, fotos, vídeos e fazer ligações para pessoas de todos os lugares, basta estar conectado à *internet*. Essa facilidade com a troca de comunicação tem seus lados positivos e seus lados negativos.

Por isso, essa pesquisa apresentará um dos riscos da *internet*, que é o "*revenge porn*", bem como suas consequências jurídicas, que são as publicações e divulgações sem autorização de trocas de imagens, vídeos e mensagens de conteúdo sexual, com o objetivo de vingança. O trabalho tem como objetivo geral analisar o conceito da "pornografia de revanche" e as suas consequências para avaliar as soluções e eficácia destas no âmbito jurídico a partir das legislações existentes.

Diante disso, faz-se o questionamento: As legislações vigentes são suficientes para evitar e punir esse ato? Para resolução do problema será feito um estudo sobre a sociedade da informação e

o "*revenge porn*", seguido de uma análise sobre esse fenômeno e consequências. A metodologia parte de uma abordagem dedutivo, que através de disposições elencadas no texto da pesquisa torna-se possível chegar a uma conclusão do que está sendo trabalhado e uma solução do problema proposto e o método de procedimento sistemático, que através de disposições ordenadas de informações pode-se compreender a complexidade do objeto de estudo a partir de um enfoque hermenêutico. As técnicas utilizadas foram, pesquisa bibliográfica e documental, justamente a fim de conciliar o maior levantamento possível de informações para que se possa alcançar uma solução como conclusão.

A pouco tempo atrás a *internet* era importante, mas não essencial e popular, atualmente, é uma realidade inquestionável devido às vantagens que proporcionam a sociedade. Porém, também existe a possibilidade de se encontrar conteúdos que violam diversos direitos fundamentais, como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Desse modo, surgiu a violência cometida com a violação da sexualidade como instrumento de vingança, a qual encontra como um de seus alicerces o desenvolvimento tecnológico.

Tal prática passou a ser chamada de "*revenge porn*" (pornografia de revanche, pornografia de vingança ou vingança cibernética – "*cyber revenge*"), uma espécie da prática "*sexting*". A lei nº 2.965/2014, conhecida como Marco Civil da *Internet* veio para tentar pôr fim a essa ideia, tipificando crimes onde anteriormente existiam lacunas jurídicas. Mas embora fosse possível localizar o infrator, não havia tipificação específica para as condutas supracitadas.

Devido à enorme quantidade de pessoas que utilizam os serviços de internet e o modo como às informações se disseminam, os danos que resultam tais exposições alcançam um patamar estrondoso, atingindo diretamente a honra da vítima. Resultante dessa exposição, os danos e consequências sociais e psicológicas são

desastrosas e quase sempre devastadoras, pois há milhares de casos em que as vítimas de pornografia de vingança, veem no suicídio a única forma de escapatória.

No Brasil, não havia legislação específica, até a Lei nº 13.718/2018 que tipificou especificamente o "*Revenge Porn*", incluindo no CP brasileiro o artigo 218-C. A previsão legal determina que o indivíduo que oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio de mídia sem o consentimento da vítima, será condenado a pena de reclusão de 1 a 5 anos. Há, também, a previsão de aumento de pena, de 1/3 a 2/3, se o crime for praticado por um agente que mantém (ou manteve) relação íntima de afeto com a vítima ou agido com o fim de vingança ou humilhação.

Assim, é absolutamente recente a criminalização da divulgação não consentida de conteúdo de caráter íntimo ou sexual, o que demonstra a delicadeza do tema, bem como o desemparo que muitas vítimas enfrentaram ao longo dos anos em decorrência da inexistência de uma lei específica. Ainda há muito o que ser discutido acerca do tema, seja no âmbito legislativo seja no meio cultural, para que sejamos protegidos das intimidações na *internet*.

Palavras-chave: intimidade; novas tecnologias; privacidade; *"revenge porn"*.

CAPÍTULO 2

Políticas Públicas: Agenda Urbana

ASPECTOS DA SAÚDE DOS CAMINHONEIROS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A OCORRÊNCIA DOS ACIDENTES NAS RODOVIAS AFETANDO A INDÚSTRIA EM RORAIMA

Francisleile Lima Nascimento

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) realizou um diagnóstico traçando o perfil do caminhoneiro no Brasil, o resultado da pesquisa revelou que no Brasil em 2019: 67% são caminhoneiros autônomos e apenas 33% têm parceria com transportadoras; a média de idade é de 46 anos entre os caminhoneiros autônomos e de 41 anos para empregados de frota; 99,5% dos caminhoneiros são homens; 29,9% dos caminhoneiros concluíram o ensino médio. Enquanto 17,8% não completaram o ensino médio e 20,5% não concluíram o ensino fundamental; entre toda a categoria, foi informada uma média de faturamento mensal bruto de R$ 16.062,90. Já de faturamento mensal líquido, a média foi de R$ 4.608,35; 84,45% dos caminhoneiros disseram ter apenas um caminhão; a idade média do veículo é de 18,4 anos para os caminhoneiros autônomos e 8,6 para os empregados de frota; 31% dos caminhoneiros entrevistados consideram o ofício desgastante; 65,1% dos caminhoneiros consideram a profissão desgastante.

Nessa perspectiva, a pesquisa levanta a problemática se a saúde do trabalhador interfere direta ou indiretamente no desenvolvimento do polo industrial de Roraima, refletindo sobre a relação da qualidade e bem-estar do caminhoneiro e os índices de acidentes rodoviários, tendo como objetivo discutir como os aspectos de saúde dos caminhoneiros contribuem para a ocorrência dos acidentes nas rodovias, e de que forma essa situação afeta a indústria roraimense.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e descritiva, sob a ótica da abordagem exploratória e qualitativa, apresentando os resultados a partir da análise de conteúdo. Pensando nestas problemáticas e preocupados em trazer soluções que minimizem os diagnósticos, projetos que levam práticas de saúde para os caminhoneiros e motoristas que utilizam as rodovias são desenvolvidos em âmbito nacional no Brasil, e em Roraima não seria diferente.

Em 2015, houve mais uma edição do projeto nacional, "Comando de Saúde nas Rodovias", promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Governo do Estado e Prefeitura. Esse projeto é realizado há mais de dez anos, e tem como objetivo atuar com ações para melhoria da saúde dos caminhoneiros em Roraima. O projeto é realizado nas estradas, quatro vezes ao ano, com uma equipe de cerca de 50 profissionais, que envolve as áreas de saúde, policiamento e pessoal de apoio.

A ação busca detectar alterações de saúde entre motoristas profissionais de veículos de carga que, submetidos a longas jornadas de trabalho, não cuidam da própria saúde. São oferecidos avaliações e exames: como a pesquisa de doenças preexistentes; aferição de pressão arterial; níveis de glicose; acuidade visual e auditiva, campo visual; força manual; vacinação; grau de sonolência e orientação sobre postura. Além dos atendimentos médicos, ocorre orientação de educação para o trânsito.

O projeto é uma medida educativa e preventiva que tenta sensibilizar os motoristas sobre necessidade de cuidar da própria saúde, evitando assim a ocorrência de mais acidentes nas estradas em Roraima. Umas das variáveis que contribuem para que os acidentes ocorram, são as longas jornadas nas estradas – muitas horas sem descanso. Nas regiões onde as distâncias geográficas são maiores, muitas vezes, o caminhoneiro precisa estender o período de

trabalho por não ter onde parar para descansar. Isso explica a jornada de muitas horas sem dormir. Os profissionais que atuam nas estradas, em média, permanecem mais de 11 horas por dia sem dormir, e com isso, tornam-se susceptíveis a se envolverem em acidentes ou parar em um local sem segurança para descansar.

Anualmente, no Brasil morrem em média 45 mil pessoas no trânsito, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que o custo de cada fatalidade é de US$ 818 dólares (por indivíduo). Vários são os motivos para esses acidentes, entre eles o fato de que as rodovias são inseguras e contribuem para o aumento das estatísticas.

Os resultados demonstram que os caminhoneiros, que operam suas logísticas em Roraima também sofrem com problemas de saúde, incluindo o uso de drogas e substâncias ilícitas que afetam os mesmos e consequentemente tornam-se susceptíveis ao envolvimento em acidentes nas rodovias, afetando suas próprias vidas e as cadeias de fluxos que estão ligadas direta e indiretamente, incluindo a indústria de Roraima. Dessa forma, a pesquisa evidencia que os pontos de parada em rodovias, são essenciais na logística do transporte rodoviário de cargas, passageiros, no desenvolvimento da indústria de viagens e na redução de acidentes, por serem o local de descanso de todos os usuários da malha rodoviária.

Palavras-chave: acidentes em rodovias; Roraima; saúde dos caminhoneiros.

PARQUE INDUSTRIAL DE RORAIMA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE BOA VISTA-RR

Francisleile Lima Nascimento

A presente pesquisa aborda a temática da industrialização de Roraima, com o objetivo de analisar o papel do Parque Industrial no desenvolvimento de Boa Vista-RR. Durante o período de criação e implantação do polo industrial, o então Território pouco contribuía com a economia do País, apresentando uma economia de baixa expressividade, sem expectativas de crescimento. Em 1943, foi que de fato a região amazônica foi percebido pelo Governo Vargas, que desenvolveu políticas de integração nacional, ocupando os espaços de vazios demográficos e defendendo as zonas de fronteiras.

A partir disso e com o advento do governo militar, a região Norte assim como Roraima, deslumbra uma nova fase administrativa e econômica, norteada pelo Governo Federal, que criou e implantou os Planos Nacionais de Desenvolvimento, implantou a Zona Franca de Manaus e criou os polos industriais nos novos Estados da federação. Diante disso, a presente pesquisa faz uma análise perpassando o processo histórico de criação do Distrito Industrial de Roraima, bem como o desenvolvimento socioeconômico de Boa Vista a partir do Parque Industrial, ressaltando a importância desse polo para o desenvolvimento do Estado.

A metodologia parte de uma revisão de literatura de caráter descritivo, fazendo uso do método exploratório e analítico. O contexto de desenvolvimento econômico e social de Boa Vista só passa a apresentar significativas mudanças com o I Plano de Desenvolvimento de Roraima em 1980, tendo em vista que pela

primeira vez, havia um planejamento voltado para o desenvolvimento industrial do Estado.

O Plano de Desenvolvimento de Roraima foi desenvolvido com o objetivo de fomentar a agroindústria agregando valores de produção, por meio da modernização agrícola e da articulação entre as atividades agrícolas e industriais, o que possibilitou a criação de um mercado interno local que privilegiou as empresas locais por meio de incentivos fiscais e financeiros. A implantação do Parque Industrial de Roraima possibilitou diversos investimentos para a capital, como a Abertura da BR-174 que passou a interligar Boa Vista a Manaus, e a Venezuela.

A rodovia desencadeou profundas transformações sociais e econômicas no Território Federal de Roraima, com destaque para o desenvolvimento na agropecuária, na indústria madeireira e no setor industrial. Pretto Neto (2003), o II e III Plano Nacional de Desenvolvimento foi importante para desenvolver o comércio interno de Roraima, ao prover os recursos necessários para a criação e implantação do polo industrial de Boa Vista e prover infraestrutura para o desenvolvimento industrial, com destaque para a criação da Usina de Leite (USILEITE), Fábrica de Ração Balanceada e o Matadouro Frigorifico (MAFIR).

Este primeiro polo industrial na capital reconfigurou o aspecto socioeconômico local, desenvolvendo e fortalecendo o setor agrícola para uma maior integração e criação de maior valor agregado para a região. Conforme os dados coletados, foram constatados que atualmente o Distrito Industrial de Boa Vista-RR encontra-se com 84 empresas implantadas e funcionando, 24 empresas desativadas e algumas que alugaram seu imóvel, e 18 em fase de implantação.

Diante da análise de conteúdo, é possível compreender que a área industrial de Roraima na capital Boa Vista faz parte do Plano Nacional de Desenvolvimento, o que possibilitou a implantação da Zona Franca de Manaus e, consequentemente, o desenvolvimento industrial da região Norte. Dessa forma, fica claro que o desenvolvimento industrial de Roraima permeia sua própria história. No que se refere à produção socioespacial do Estado, percebe-se que o distrito mudou a configuração espacial urbana de Boa Vista, elevou a capital rural à condição de metrópole regional, e oferece um leque mais amplo de serviços de produção e recrutamento.

Sendo assim, cabe mencionar que a organização do distrito industrial de Roraima, foi instalado por etapas visando promover a produção diferenciada do polo industrial, que se desenvolve com grande potencial para o desenvolvimento econômico do Estado.

Palavras-chave: desenvolvimento; economia; indústria; Roraima.

AQUI TEM DONO: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA ZONA OESTE DE BOA VISTA-RR

Alexandre Soares de Melo

Marcos Antônio de Oliveira

Larisse Vieira Normandia

A ocupação irregular de espaços públicos nas cidades é um problema inerente à urbanização. A zona oeste de Boa Vista-RR possui uma grande densidade demográfica, ocasionada pelos fluxos migratórios que se sucederam ao longo dos anos e que se exponenciaram com a crise humanitária dos refugiados venezuelanos. A cidade possuía em 1970 uma população de 37.062 habitantes. Em 2021 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimava uma população de aproximadamente 436.591 habitantes, representando um aumento do contingente populacional em 50 anos de 1.1178%.

A adoção de políticas públicas de Regularização Fundiária Urbana (REURB), neste tipo de contexto, são fundamentais. Trata-se de um conjunto de medidas técnicas, jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visam à regularização de ocupações em imóveis urbanos de domínio público, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Diante dessa problemática, o objetivo desta pesquisa foi identificar as principais características da política pública de regularização fundiária urbana conduzida pelo Instituto de Terras de

Roraima (ITERAIMA), através do Programa "Aqui tem Dono", buscando compreender as origens das ocupações irregulares nos bairros pesquisados, a natureza dos imóveis, o perfil socioeconômico dos beneficiários do programa, como também a identificação das modalidades de titulação utilizadas pelo ITERAIMA.

A metodologia parte de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratória e descritiva. Empregou abordagem qualitativa, para identificar as principais características da política pública em análise. Adotou como instrumento de pesquisa entrevista semiestruturada com gestora da política no ITERAIMA.

Como resultados, foi possível constatar que o Programa "Aqui tem Dono" foi criado em 2019. Dentre outras atribuições, se dedica a REURB de áreas ocupadas ilegalmente ao longo dos anos e que pertencem ao Estado. Foi possível identificar que existem atualmente, na zona oeste de Boa Vista, cerca de 6.390 lotes em processo de regularização fundiária, conduzidos pelo ITERAIMA. Destes, cerca de 3.800 imóveis já foram plenamente regularizados na zona oeste, com transferência de domínio aos ocupantes, principalmente nos bairros Equatorial e Silvio Botelho.

Dois fatores contribuíram para as ocupações: o primeiro se refere à atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 1970, ainda quando Roraima era território, cuja política do governo federal era ocupar áreas de fronteira. O segundo tem a ver com a atuação do governo do território, cuja política nos anos 1970 e 1980 era de chamamento de pessoas de outros estados para fins de povoamento do entorno da cidade.

No que se refere ao perfil socioeconômico dos beneficiários, a entrevista evidenciou que são em geral pessoas de baixa renda oriundas de loteamentos ou ocupações precárias, formadas ao longo dos últimos trinta anos.

Quanto às modalidades de titulação dos imóveis utilizados pelo Programa, a entrevista apontou que a "autorização de ocupação" foi à modalidade mais utilizada pelo ITERAIMA até agora, isso porque grande parte das áreas do Estado sediadas na zona leste da cidade ainda dependem de aprovação dos loteamentos por parte do município. Por sua vez, a "concessão de uso especial para fins de moradia", que é uma modalidade juridicamente mais segura e definitiva, só foi utilizada pelo ITERAIMA nos imóveis situados no bairro São Bento, pois naquela região da cidade, todos os loteamentos já foram regularizados, sendo possível a concessão de um título mais seguro aos ocupantes.

No que se refere ao marco regulatório para fins de regularização de terras do programa "Aqui tem Dono", somente em 2016 o Estado de Roraima promulgou uma lei destinada à regularização fundiária urbana, qual seja, a Lei nº 1.063/2016. Antes da promulgação desta lei, são questionáveis juridicamente os títulos conferidos pelo Estado de Roraima aos ocupantes de áreas pertencentes ao Estado. Como conclusão, a análise do programa "Aqui tem Dono" apontou elementos que favoreceram o avanço da política de REURB nos bairros da zona oeste de Boa Vista-RR.

Revelou alguns desafios e limites existentes no programa, como também permitiu compreender alguns aspectos históricos que dificultam e incidem sobre a política pública, indicando as razões das ocupações desordenadas nos bairros da cidade. Esta pesquisa, apesar de traçar um panorama apenas parcial das ações envolvendo a REURB em Boa Vista-RR, se apresenta como uma importante contribuição para compreensão dos avanços e limites desta política pública, oferecendo instrumental para subsidiar investigações futuras.

Palavras-chave: cidade; fundiária; ocupação; política; urbanização.

DA CIDADE PLANEJADA AOS ESPAÇOS DE SEGREGAÇÃO INDUZIDA: O CONJUNTO VILA JARDIM EM BOA VISTA-RR

Tony Guarnielle Barbosa Ribeiro

Artur Rosa Filho

Os espaços de segregação induzida vão se configurar como propulsores, no que tange às novas formas de uso e ocupação do solo, alterando a estrutura urbana da cidade e, consequentemente, do bairro e/ou localidade em que estão inseridos, contribuindo assim, para que a cidade se configure como um grande mosaico.

A presente pesquisa levanta a seguinte problemática, a quem interessa a segregação induzida em Boa Vista-RR? Justifica-se a relevância do trabalho pela busca de entender os critérios e o papel dos agentes produtores do espaço no processo de formação dos espaços de segregação induzida em Boa Vista-RR.

No sentido de nortear o caminho que se pretende trilhar para consecução do presente estudo, definiu-se como objetivo realizar um estudo sobre os espaços segregados induzidos pelo poder público, destacando o conjunto Vila Jardim no bairro Cidade Satélite, no contexto da (re) produção do espaço urbano em Boa Vista-RR Metodologicamente, o presente estudo se utilizou de pesquisa bibliográfica contribuindo para a formação do acervo teórico dessa área de estudo, pesquisa documental, trabalho de campo, além da interpretação de imagens de satélites, fotografias aéreas por drone.

Cabe destacar que Boa Vista-RR passa por um constante processo de expansão urbana e crescimento demográfico. Sendo assim, expande suas periferias e, juntamente, os espaços de

segregação induzidos, que vão se configurar como propulsores no que tange às novas formas de uso e ocupação, produção e reprodução do espaço urbano.

Nessa perspectiva, nota-se a alteração da estrutura urbana da cidade que, consequentemente, transforma-se nos novos bairros e/ou localidades que serão inseridos em sua malha urbana. Nesse processo de expansão urbana, Boa Vista nasceu ribeirinha, como boa parte das cidades da Amazônia que, na década dos anos de 1940, possuía uma população calculada de cerca de 2000 pessoas e, hoje, é uma cidade média no contexto regional amazônico. Nos anos de 1970, passou a apresentar um forte crescimento nas periferias, que se acentuou na Zona Oeste. Em 2010 atingiu o quantitativo de 284.313 habitantes, com diversos empreendimentos imobiliários e conjuntos habitacionais.

A estimativa em 2021 para a população da capital é de 436.591 habitantes (IBGE, 2021). Os bairros Pérolas do Rio Branco e Cruviana, bem como o Conjunto Habitacional Vila Jardim são espaços segregados induzidos pelo poder público em Boa Vista. Destaca-se o Conjunto Vila Jardim no contexto da (re) produção do espaço urbano em Boa Vista-RR, empreendimento fomentado pelo Projeto Minha Casa Minha Vida, do governo federal, com fundo gerido pelo Banco Caixa Econômica Federal, possui quase 15 mil moradores.

Os estudos mostraram que a implantação deste conjunto se deu em março de 2015, quando foi realizado o sorteio para as moradias do conjunto com um total de 187 prédios, cada um com 16 apartamentos, totalizando 2.992 apartamentos, de 39 m², com sala, dois quartos, cozinha e banheiro, todos dentro das normas técnicas do Programa Minha Casa, Minha Vida em concordância com o percentual estabelecido pela NBR9050, em vigor à época.

No que diz respeito ao objetivo de verificar o grau de satisfação dos moradores em relação ao conjunto e a sua localização em Boa Vista-RR, a pesquisa permitiu conhecer um pouco do perfil desses moradores e revelou ainda que os aspectos de renda, composição familiar e escolaridade denotam um perfil coerente com o da população brasileira, que, em sua maioria é assalariada. Verificou-se que o conjunto possui alguns equipamentos urbanos básicos, como escolas, posto de saúde e creche, bem como, algumas áreas de lazer. Contudo, a localização das moradias do conjunto evidencia uma segregação socioespacial induzida.

Essa junção de fatos demonstrou que o Conjunto Habitacional Vila Jardim não foge à regra de vários outros conjuntos de Habitação de Interesse Social espalhados pelo país, nos quais as áreas a serem escolhidas para a implantação das moradias são distantes dos centros urbanos. Vale ressaltar que a implantação do conjunto foi compreendida nesta pesquisa como um dos meios de promover a inclusão social dessa população, possibilitando-lhe o exercício da cidadania.

A pesquisa mostrou ainda que o Conjunto Habitacional Vila Jardim segue o mesmo destino dos demais Conjuntos de Interesse Social implantados no país, os quais normalmente são abandonados pelo poder público. Esses fatos mostram que, sem uma gestão mais efetiva das moradias desses conjuntos, a segregação induzida fica mais evidente e transparente no tecido urbano da cidade.

Palavras-chave: agentes sociais; Boa Vista-RR; espaço urbano; produção do espaço urbano; segregação induzida.

INFLUÊNCIA ANTRÓPICA SOBRE AS ÁGUAS DOS IGARAPÉS URBANOS NO BAIRRO MECEJANA EM BOA VISTA-RR

Tony Guarnielle Barbosa Ribeiro

Artur Rosa Filho

Em meados dos anos de 1990 a cidade de Boa Vista foi "contemplada" com uma rede de galerias que canalizaram seus corpos hídricos, totalmente na contramão do desenvolvimento sustentável. Os igarapés urbanos apresentam diversos elementos particulares que são necessários para a compreensão da realidade local e que devem ser devidamente analisados para a adoção de medidas coerentes e, de fato, eficientes.

O objetivo desta pesquisa é entender a influência do homem sobre os igarapés urbanos, com destaque para o bairro Mecejana em Boa Vista-RR. Esta pesquisa, possibilitou a observação das tipologias dos modelos de infraestrutura urbana aplicados nos diferentes trechos dos igarapés no bairro Mecejana na cidade de Boa Vista-RR em seus três "braços" aquíferos que juntos forma o igarapé Caxangá.

A qualidade ambiental do meio físico é o reflexo tendencial de um segmento da sociedade munida de conhecimento e interesse no quadro urbanístico para recuperação de cidades. Metodologicamente, a realização da pesquisa exigiu sua divisão em três momentos diferentes, focando em aspectos variados que foram de grande importância para a compreensão da realidade local e das características particulares da área estabelecida.

O primeiro momento, baseou-se na pesquisa bibliográfica sobre a qual debruçou-se em temas como hidrologia no âmbito amazônico, mobilidade urbana, conforto ambiental, georreferenciamento e a conexão urbano/social existente entre morador e o fluxo urbano. No segundo momento foi realizado estudo de caso, com pesquisa documental a respeito do contexto histórico do local e uma análise da realidade da ocupação do entorno e de uso quanto a qualificação de infraestrutura dos corpos hídricos.

Em seguida, houve observações realizadas no local. E no terceiro momento foi realizada uma pesquisa a respeito de métodos construtivos, leis ambientais, normas de acessibilidade, conforto ambiental, uma vez que os bairros da cidade de Boa Vista são irrigados por vasta cadeia hidrográfica. A influência antrópica do Igarapé Caxangá começa em meados dos anos de 1970 e o agravamento das instabilidades e degradações ocorrentes no seu tratamento, são alvos da pesquisa de intensificação através do processo de poluição por despejo de detritos em muitos pontos no bairro Mecejana.

A tipologia do modelo de infraestrutura urbana aplica nos diferentes trechos dos igarapés no bairro Mecejana em seus três "braços" aquíferos. O quadro físico do cenário analisado tendencial da área de influência do povoamento de meados dos anos 1970 e é considerado como base para a análise o cenário atual, soma-se ao agravamento das instabilidades e degradações ocorrentes no seu tratamento, acarretadas e expressas, sobretudo, pela completa falta de agentes especialistas e pela intensidade dos processos de poluição por despejo no ponto na avenida Venezuela. Isso tudo, vem causando contaminação do aquífero e, consequentemente, a geração de odores provenientes da emissão de gases.

O adensamento de áreas urbanas sem políticas públicas, com aval de órgãos ambientais trazem as piores soluções a longo prazo para a sociedade. A relevância dessa pesquisa se apresenta na análise

da relação da população que mora no bairro Mecejana e como ela se relaciona com o ambiente em que vive, para que o conhecimento da região possa levar a intervenções urbanísticas que mudem a realidade local de forma sustentável e permanente.

Palavras-chave: acessibilidade; Boa Vista-RR; igarapés; infraestrutura urbana sustentável; mobilidade urbana.

A OCUPAÇÃO URBANA E A DINÂMICA FRONTEIRIÇA NO MUNICÍPIO DE BONFIM

Pâmela Vieira da Silva

Altiva Barbosa da Silva

O município de Bonfim, em Roraima é uma das 33 (trinta e três) cidades gêmeas existentes no Brasil, que está localizada na linha da fronteira terrestre, distante 05 km da cidade de Lethem – República Cooperativista da Guiana. O processo de ocupação deu-se no início do século XX, com a presença do *ethos* militar, expansão das primeiras fazendas de criação de gado na região e a formação dos primeiros núcleos urbanos, através de vilarejos. A integração Brasil-Guiana Inglesa que foi muito intensa até os anos de 1960, se tornou próxima novamente a partir da década de 1990, impulsionada pelo início da construção da ponte sobre o Rio Tacutu, interligando Bonfim a Lethem.

Este marco significou a aproximação, a importância econômica e política de seu espaço, reafirmando a busca pela integração e desenvolvimento da zona de fronteira. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo descrever o contexto da ocupação urbana da cidade de Bonfim, bem como a sua formação e a dinâmica cotidiana da fronteira com a República Cooperativista da Guiana. Os fatores que justificam a realização deste estudo na sede município de Bonfim, se dá pela dinâmica observada nesta área fronteiriça a partir da década de 1990.

No decorrer das últimas décadas, a relação entre os dois países é positiva, tanto comercial como politicamente, assim como nas fronteiras aduaneiras e nas questões de segurança. Porém a

expansão comercial tem sido uma grande preocupação, principalmente em relação aos tráficos, crimes de descaminho e travessias clandestinas de migrantes (notadamente haitianos e cubanos).

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo, de abordagem qualitativa, através de observação em que buscou-se caracterizar a ocupação urbana na sede do município de Bonfim e a sua relação com a questão fronteiriça. A pesquisa compreendeu a coleta de dados secundários através da pesquisa bibliográfica, em livros, períodos e artigos relacionados como o tema em questão. Observou-se que na cidade de Bonfim, alguns espaços públicos sofreram mudanças desde a sua formação, como a localização da antiga rodoviária, neste espaço, atualmente funciona a Biblioteca Pública Municipal.

O primeiro hospital de Bonfim, foi demolido e atualmente funciona a garagem e oficina dos transportes públicos municipais, assim como alguns espaços deixaram de existir, outros espaços surgiram no decorres destas últimas décadas como o Campus avançado do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e as instalações do Poder Judiciário (Defensoria, Promotoria e Comarca).

Desde 2017, novos empreendimentos comerciais estão sendo instalados, como lojas de materiais de construção, açougues, frutarias, peixarias, papelarias, lojas de roupas, salão de beleza aumento de supermercados e lanchonetes nos bairros. Assim como prestações de serviços que antes não existiam, como manutenção de aparelhos celulares e acessórios, consultórios clínicos (odontologia, oftalmologia e ginecologia) e laboratórios, escritórios de advocacia e contabilidade, além da área destina ao Free Shop, no bairro 13 de Maio.

Os resultados indicam que a cidade de Bonfim está em expansão populacional e comercial. O município possui 06 (seis) bairros, sendo o bairro Cidade Nova o mais populoso e o que vem apresentando maior crescimento comercial. Diante deste dado, o poder público deve priorizar o planejamento urbano e organizar o desenvolvimento da cidade, investir em infraestrutura básica, tornando- a receptiva e sustentável, pois, ao que tudo indica vem se transformando em potencial turístico, devido a dinâmica comercial de fronteira.

Por fim, a relação de aproximação entre Bonfim e Lethem vem envolvendo diferentes atores em várias escalas geográficas, e essa aproximação entre as cidades fronteiriças tem fortalecido a integração nas funções urbanas, favorecendo não só a economia entre os dois recortes espaciais, mas todo o estado de Roraima e a República Cooperativista da Guiana. Por mais que existam os problemas na área de fronteira, a relação entre os dois países, através das cidades gêmeas é pacífica, as práticas comerciais de exportação e as políticas diplomáticas estão alinhadas. Mas, é necessário um planejamento estratégico que contribua para desenvolvimento dessa área fronteiriça, fortalecendo a integração entre os dois países.

Palavras-chave: Bonfim; cidade fronteiriça; ocupação urbana; Roraima.

A EXPANSÃO COMERCIAL NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BONFIM-RR

Pâmela Vieira da Silva

Altiva Barbosa da Silva

A economia brasileira é formada por uma série crescente de empreendedores dos mais diversos setores que aquecem o comércio, de forma a contribuir para aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, alguns empreendimentos formais e outros informais. Isso na prática representa a compra e venda de produtos ou serviços que é o mercado como um todo. O Brasil é um país de empreendedores. Muitos brasileiros têm ideias de novos negócios e as concretizam sob a forma de micro e pequenas empresas.

O município de Bonfim, diante do atual cenário de crescimento urbano populacional e comercial, vem apresentando um cenário atrativo para futuros investimentos. Localizado em área de fronteira, distante 05 km de Lethem – República Cooperativista da Guiana, é considerado uma cidade gêmea em expansão socioeconômica. Visto como um município em ascensão, estratégico, na rota do desenvolvimento internacional. A presente pesquisa buscou analisar a dinâmica socioeconômica de Bonfim (RR), município que se localiza na fronteira do Brasil com a República Cooperativista da Guiana, especificamente caracterizar o fluxo comercial da sede de Bonfim e identificar os novos vetores de ascensão comercial.

Quanto aos procedimentos metodológicos trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, e a técnica utilizada foi a observação. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e com dados

primários, coletados através de uma pesquisa ação, ou seja, levantamento de dados através de uma pratica pedagógica desenvolvida com alunos do 3º Ano do Ensino Médio Regular do Colégio Estadual Militarizado XVII Aldébaro José Alcântara, localizado na sede do município de Bonfim (RR).

De acordo com a análise dos dados, verificou-se que a maioria dos comércios, sejam formais ou informais, localizam-se com maior concentração no centro da cidade e no bairro cidade nova, na sede do município. Nesse contexto, é importante entender essa dinâmica comercial, visto que apesar de ser uma cidade pequena, ela e as demais da região criam fluxos, sobretudo, no qual a população busca por produtos e serviços cada vez mais especializados.

Deste modo, a dinâmica e a rede comercial gera interferências em todas as cidades, sendo que algumas atividades comerciais não se desenvolvem, uma vez que os custos as impossibilitam de ascender. No ano de 2020, quando iniciou a pandemia da COVID-19, especificamente no período em houve isolamento social e lockdown, alguns comércios fecharam na sede de Bonfim, como restaurantes, açougues e loja de construção.

Diante disso, o comércio de vendas online cresceu e vem ocupando espaço, são lojas que não possuem espaço físicos, algumas são informais e não contratam funcionários, como lojas de roupas, venda de acessórios e eletrônicos. O município necessita de empreendimentos como *lan houses*, livrarias, lojas de tecidos e de prestação de serviços como vidraçarias, lojas de projetados de mobília, gráficas, agropecuária, etc.

É importante destacar que o bairro Cidade Nova vem se destacando, apresenta crescimento comercial e habitacional em relação aos demais bairros existentes na sede de Bonfim. O crescimento urbano, traz uma preocupação para o planejamento urbano da cidade, pois algumas áreas urbanas na sede do município,

são ocupadas de forma irregular, sendo ocupadas sem o devido planejamento urbano, com ênfase nos bairros 13 de maio, Getúlio Vargas e Cidade Nova.

É possível perceber que a dinâmica comercial na sede Bonfim, vem apresentando a inserção de outros serviços comerciais que antes não existiam na cidade como lojas de materiais de construção, laboratórios de exames clínicos, clinicas de odontologia, dentre outros. Assim como a reprodução de alguns espaços que já apresentam melhorias em seus serviços e ampliação dos empreendimentos comerciais. A demanda por lotes urbanos aumentou. Assim como o bairro 13 de maio, tornou-se valorizado, pois está localizado a área de *Free Shop*, localizado estrategicamente, na entrada da cidade, próximo da BR-401.

O comércio é uma das esferas mais dinâmicas do espaço urbano. Esta característica peculiar traz consigo significativas transformações ocasionadas principalmente pelo movimento constante e alucinado do mercado consumidor. As cidades estão cada vez mais assinaladas por profundas marcas, representadas na paisagem comercial, produzidas pelas exigências de novos mercados consumidores. Este retrato remonta o cenário perfeito para a atividade comercial: um espaço por onde centenas de pessoas se deslocam diariamente para realizarem suas atividades.

Palavras-chave: Bonfim; cidade fronteiriça; comércio; Roraima.

CAPÍTULO 3

Políticas Públicas: Agenda Educacional

A POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO ESCOLAR: UMA FORMA DE PENSAR A PRIMEIRA EXPANSÃO EDUCACIONAL URBANA DE RORAIMA

Bruno Sobral Barrozo

Esta pesquisa tem por objetivo trazer uma breve discussão em torno do movimento territorial das primeiras escolas centrais de Boa vista-RR e identificar possíveis relações de disputas sobre as demais zonas, com destaque nas escolas públicas que foram se expandindo conforme este território era ocupado. O processo implementador, das primeiras escolas, passou a se expandir por todo o território na medida em que o processo urbanístico contrastava com a centralidade da capital, contribuindo assim para o entendimento dos movimentos territoriais dessas escolas.

Nos anos de 1945 a 1965, a partir das políticas locais implementadas e seus decretos, o então Estado de Roraima criou cinco escolas territoriais no perímetro urbano, assim como outras quatro escolas nas zonas não urbanas, configurando o nascimento de uma rede pública de ensino naquele território. A metodologia parte de uma pesquisa exploratória-descritiva, quanto aos fins e uma abordagem qualitativa, utilizando-se dos procedimentos de revisão bibliográfica e abordagem documental no levantamento de dados, no qual auxiliou analisar o movimento territorial das primeiras escolas centrais que se expandiam em Boa vista-RR.

Fazendo um paralelo com os estudos de Barrozo e Dias (2020), foi possível analisar o advento de uma política de implementação educacional que militarizou escolas públicas em uma zona urbana descentralizada de Boa vista-RR. Deste modo, a partir dos dados obtidos, localizamos em um mapa as primeiras

escolas centrais de (1945-1965), assim como foi cartografado às onze escolas que receberam a política de militarização em Boa vista-RR no ano de 2018, possibilitando a compreensão da espacialização de uma ação governamental sobre a zona urbana descentralizada.

Destacamos quanto o Estado de Roraima evoca desde sua gênese uma tradição indígena, pois embora que sua ocupação urbanística se deu pela migração de populações oriundas das demais zonas do Brasil que, Roraima enquanto território até hoje consiste em uma identidade indígena e que convive com migrantes. Desse modo, devemos destacar que, quanto aos estudos advindos de uma educação que se debruça em um campo urbanístico da capital de Roraima, pelo fato do período em que essas escolas foram criadas, vale mencionar que Boa vista-RR desde sua gênese urbanística esteve voltada para a sua centralidade. Tal centralidade não se delimitaria ou mesmo se oporia à descentralização.

Assim, tomando o espaço urbano com sua estrutura fragmentada, a construção social de territórios se dá com a apropriação coletiva do espaço o qual não só recebe a ação do estado ou das instituições e do capital como também dos sujeitos sociais. Todavia, se visualizamos a espacialização das zonas urbanas de Boa vista-RR, dando destaque a Zona Oeste, por possui todos os colégios estaduais militarizados, a valorização do espaço se caracterizaria pelas condições das zonas descentralizadas? ou, considerada a periferia por sua vez estaria a um passo de contenção, a começar pela escola pública, eis a entropia do século XXI? Para a caracterização dessas escolas em que destacamos, apenas as localizadas no centro, expõe o contexto urbanístico, cuja sua atuação estaria fixada apenas na parte que se cria uma urbanização a partir do povoamento e obviamente pelo fato dos crescimentos nos setores, em destaques econômicos que alimentam a expansão urbana da cidade.

Em uma sequência genealógica, a partir de um contexto histórico em que a educação em pleno ato se efetiva sobre o Estado de Roraima, que consideramos que conforme a zona urbana se expandia, o número de escolas urbanas aumentava consideravelmente entre as décadas de 1970 e 1988 a partir dos decretos governamentais. Levando em consideração a genealogia escolar, devemos considerar que, a partir das escolas militarizadas, elas internalizam um contexto histórico predominante intercalar a partir de sua criação. Identificamos a partir dos dados obtidos sobre as primeiras escolas centrais e sua espacialização no território, sobretudo quando cartografados que, a política de militarização se debruça apenas na Zona Oeste da capital roraimense.

Pelo fato desta zona ser historicamente marginalizada, assim como é a maior zona urbana da cidade quando referido a sua extensão e ocupação, consideramos que a política de militarização se efetiva nos espaços cuja violência escolar, no bairro e seu entorno se efetivam. Portanto, quanto a instalação das escolas de Boa vista-RR desde seu contexto histórico até 2018 com a implementação da política de militarização, assim como levando em consideração sua espacialização nas zonas descentralizadas e as ações do Estado sobre essa, que é notável uma ação de disputa sobre as zonas urbanas descentralizadas.

Tendo como ponto de partida a atuação dentro da escola com a presença de militares nas gestões das onze escolas públicas, que nesses territórios as disputas se manifestem nas diversas formas, em razão disso, como devemos considerar a atuação militar dentro das escolas na Zona Oeste? uma vez que, o acaso instaurado sobre esta zona descentralizada foi atuado pelo estado de Roraima.

Palavras-chave: escolas urbanas; política educacional; Roraima.

NOVOS AGENTES DA POLÍTICA EDUCACIONAL: ANÁLISE GEOGRÁFICA DA MILITARIZAÇÃO ESCOLAR EM RORAIMA (2015-2022)

Bruno Sobral Barrozo

A presente pesquisa é fruto de pesquisas já realizadas nas escolas que estão militarizadas a partir de um decreto governamental. Dessa forma, trata-se de parte de um trabalho, que objetivamos evidenciar, algumas considerações de Diretores Administrativos que atuam nos Colégios Estaduais Militarizados de Roraima/CEM desde 2015. Destaca-se que em 2022, existem no total, 20 (vinte) escolas militarizadas somente na capital Boa Vista-RR, sendo 13 (treze) escolas localizadas nos municípios, totalizando 33 (trinta e três) escolas no Estado de Roraima.

Todavia, para uma escola pública ser militarizada no Estado de Roraima, é preciso que a comunidade escolar aceite o modelo, tendo em vista, que ele é apresentado para a comunidade interna e externa da escola. Sendo assim, a gestão de uma escola militarizada é compartilhada, pensando nas suas atribuições pedagógicas, onde estão envolvidos, professores, coordenadores, secretórios etc., ou seja, agentes que de modo direto vinculam-se com as práticas pedagógicas no ensino cotidianamente. Já a gestão administrativa, que até dois anos atras era conhecida por Direção Militar, em consonância a gestão pedagógica, mudou sua nomenclatura, sendo responsável pela gestão do prédio escolar e com as questões disciplinares e hierárquicas cotidianamente com alunos das escolas então militarizadas.

A pesquisa tem como objetivo evidenciar o pensamento de Diretores Administrativos que atualmente encontram-se responsáveis nas 20 (vinte) escolas militarizadas da capital roraimense, que buscamos através da aplicação de questionário, com perguntas direcionadas a gestão administrativa. A metodologia parte de uma pesquisa exploratória-descritiva, quanto aos fins e uma abordagem qualiquantitativa, utilizando-se dos procedimentos de revisão bibliográfica e abordagem documental no levantamento de dados.

Dessa forma, os colégios da polícia militar, carregam um caráter em função da atuação do estado nas respectivas federações, nesses colégios, o corpo docente é desempenhado por professores da rede pública de ensino e militares que possuem curso superior em licenciatura, compatível com o componente curricular. Vale destacar que ambos os modelos, determinam regras a partir de diretrizes pontuadas em um manual. Considerando a criação dos dois modelos de ensino militar no país, o estado de Roraima no ano de 2011 protocolou uma lei complementar, para a criação do seu primeiro colégio militar regido pela Polícia Militar de Roraima (PMRR) e que logo em 2012 ele começa a funcionar.

Porém, diferentemente dos 14 (quatorze) colégios militares do Brasil que, ele se institucionalizou com o estado de Roraima, concedendo o nome Colégio Militar Estadual de Roraima Ao analisar as diferentes concepções trazidas nos questionários com as repostas dos militares que atuam em 11 (onze) escolas que foram militarizadas de 2015 a 2022, elas nos fazem pensar a dimensão que tem levado o modelo na constituição de um novo agente na dinâmica das escolas de Roraima.

Sendo assim, quando a escola, ainda que não apresentasse uma segunda gestão, todas as atividades eram estabelecidas partindo de uma gestão que se diga democrática nas ações e decisões que são tomadas na escola. A partir disso, consideramos que, ao destacar que

a escola pública tem como compromisso oportunizar condições para sua clientela construir conhecimentos, atitudes e valores, contribuindo na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos em todos os contextos, que consideramos a militarização como sendo apresentado nas escolas de Roraima como um braço direito, embora que não deixando de destacar o quanto o modelo pode inibir a espontaneidade discente.

Portanto, os dados desta etapa da investigação, revelam uma aceitação pela gestão administrativa, que compõem os Colégios Estaduais Militarizados de Boa vista/RR. Assim, levando a considerar que o modelo demostra a permanecer por longos anos, sobretudo ao considerarmos a implementação de mais 9 (nove) escolas na capital Boa Vista-RR. Percebemos também, que os militares enquanto gestores administrativos contribuem para a gestão pedagógica, onde consideram uma ajuda para ambas as atuações na escola, uma vez que, ela contribui por viés do Ensino Básico Militarizado (EBM) que reluz nas práticas de ensino por professores de diferentes áreas.

Palavras-chave: ensino básico militarizado; política educacional; Roraima.

EDUCAÇÃO E A INTERDISCIPLINARIDADE DA GEOGRAFIA E DA ARTE NOS ESTUDOS DAS PAISAGENS

Adriana Roseno Monteiro

A Geografia é uma ciência que tem o espaço geográfico como o seu principal objeto de estudo. Este espaço é composto pelos aspectos naturais e culturais que compõem as paisagens. Aliar este viés aos conhecimentos das Artes Visuais torna enriquecedor o seu estudo, sendo, portanto, essencial para a compreensão das várias nuances que compõem as paisagens. O encontro da Geografia e da Arte se complementam no estudo do meio e dos aspectos culturais das paisagens. No âmbito destas duas ciências as paisagens revelam contextos geográficos, culturais e individuais múltiplos, na qual se entrelaçam os aspectos físicos e os imateriais, fruto cultural dos povos que as constituem.

As paisagens carregam os traços dos lugares e estão imbuídas de sentidos e dados histórico-culturais mediados pelos conhecimentos artísticos. Os estudos acerca da percepção das paisagens, em particular, inserem-se de modo especialmente relevante no debate contemporâneo. E a escola, como lócus do conhecimento, é um local privilegiado para articular o estudo e a percepção que os indivíduos apresentam das paisagens no resgate dos aspectos ambientais e socioculturais da comunidade escolar. Uma prática docente que vislumbre um ensino mais eficaz precisa associar uma aprendizagem a partir da vida, ou seja, que considere o contexto sociocultural no qual o educando está inserido.

Deve-se mediar os espaços para promover a aprendizagem, envolve os alunos no processo de compreensão e expressão do mundo através de práticas cotidianas e materializadas por meio das paisagens, empregando metodologias e recursos capazes de despertar o interesse, criando um ambiente favorável e tornando o ensino significativo, possibilitando, desse modo, o desenvolvimento de novas capacidades.

Mediante a isto, este trabalho tem como principal objetivo utilizar o estudo das paisagens subsidiados pelos conhecimentos geográficos e artísticos no resgate dos aspectos ambientais e culturais no ambiente escolar. A presente pesquisa, com vistas a atingir ao objetivo proposto, será desenvolvida à luz da pesquisa descritiva, com um viés de natureza quantitativo e qualitativo, subsidiada pela revisão bibliográfica, documental e a pesquisa de campo.

Desse modo, esta pesquisa perseguirá como perspectiva teórico-metodológica o diálogo constante entre a Ciência Geográfica e as Artes Visuais para a interpretação das paisagens. Estas por sua vez são impregnadas de sentidos, memórias e histórias, são, portanto, testemunhas das sociedades que as constituiu, onde o velho e o novo encontram se lado a lado. Por isso, para a compreensão das paisagens não basta atentar para aquilo que ela nos apresenta, temos que apreender além do visível, ou seja, atentar para as subjetividades, as simbologias e seus significados, num emaranhado de teias que formam as percepções humanas.

E a utilização destas duas ciências neste processo dá maior complementaridade e plenitude nas análises. A aproximação destas duas ciências tornará as aulas mais atrativas e menos enfadonhas aos alunos e acima de tudo, permitirá que estes alunos passem a olhar as paisagens com mais atenção, que buscam interpretar os seus símbolos e entendam como os aspectos culturais de uma sociedade refletem na sua organização.

É preciso dá novos rumos a produção científica, com mais trabalhos voltados as especificidades dos povos da floresta com as suas múltiplas realidades sociais, valorizando assim os seus diferentes personagens, e por conseguinte, o enriquecimento dos currículos escolares com os saberes e valores culturais amazônicos.

Reflete-se, assim, sobre uma educação que está proposta como um processo, que precisa evidenciar uma abordagem das questões locais, dos conhecimentos, das atitudes, dos interesses e das práticas dos sujeitos como uma forma de aguçar o interesse e despertar o sentimento de respeito as diversas culturas e de pertencimento aos lugares.

Os sistemas educativos formais não podem impor a todos os indivíduos o mesmo modelo cultural e intelectual, sem ter em conta a diversidade dos talentos e as potencialidades individuais e privilegiar um conhecimento abstrato e desassociado dos anseios de seus personagens. É preciso estabelecer uma prática pedagógica que não avance em sentido restrito, mas que investigue, pesquise e compreenda os diversos símbolos presentes nas paisagens e vislumbre assim um processo de ensino aprendizagem mais significativo.

Palavras-chave: Artes Visuais; Educação; Geografia; Paisagem.

O CONTEXTO TERRITORIAL DE FRONTEIRA PARA ABORDAGEM DE PESQUISAS SOBRE ENSINO DE GEOGRAFIA

David Luiz Rodrigues de Almeida

Bruno Sobral Barrozo

A presente pesquisa resulta de reflexões, ainda em processo, realizadas nas atividades de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de Dissertação de alunos dos Cursos de Licenciatura e da Pós-graduação em Geografia voltados a pensar as condições do ensino de Geografia em contextos territoriais de fronteira, em especial, Brasil e Venezuela. Outras justificativas que mobilizam esse tratado são: a) as dificuldades em abordar teórica-metodologicamente os contextos de fronteiras no ensino a partir de uma perspectiva geográfica; b) a negação ou compreensão equivocada atribuída as pesquisas sobre Educação Geográfica, que as colocam em posição inferior em relação à de outras áreas ou subáreas.

A premissa aqui adotada tem como fundamento as pesquisas de Lee S. Shulman e de seus colaboradores sobre a linha que trata sobre o conhecimento do professor. Nessa abordagem, compreende-se que o professor mobiliza diferentes conhecimentos, entre eles: conhecimento do conteúdo, conhecimento pedagógico, conhecimento do currículo, conhecimentos de contexto, entre outros. Na prática profissional aqueles conhecimentos se apresentam de forma amalgamada, denominada de Pedagogical Content Knowledge - PCK (conhecimento pedagógico do conteúdo). A par dessas informações, procede-se por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa, considerando a revisão bibliográfica da

literatura de obras relacionadas a Educação, Geografia e ensino de Geografia.

A proposta aqui apresentada considera que o PCK para pesquisa em escolas de fronteira pode considerar o conhecimento de contexto, que corresponde a esfera dos microssistemas, das ações escolares e suas comunidades, e de macrossistemas, relacionado as diretrizes curriculares, leis e outras normas. Soma-se a isso, o arcabouço da interpretação geográfica considerando o reconhecimento da realidade, espaço vivido e cotidiano dos sujeitos que compõem a escola. Relacionado a isso está o conhecimento do conteúdo, nesse caso, da Geografia. O tratamento dessa ciência busca analisar a realidade a partir da espacialidade dos fenômenos.

Desse modo, parte-se do entendimento que a mobilização dos conceitos, princípios, máximas e linguagens auxilia a construção de um pensamento geográfico. Em Pacaraima-RR, o Colégio Estadual Militarizado Cicero Vieira Neto e a Escola Municipal Casimiro de Abreu são instituições escolares que atendem alunos brasileiros e venezuelanos, especialmente. Conforme Paulo César da Costa Gomes, esse quadro geográfico pode considerar o conceito de fronteira, porém, para a Geografia esse é um conceito correlato, necessitando um arcabouço teórico mais amplo no qual se destaca o conceito de território.

Essas condições territoriais se expressam na mobilidade espacial na fronteira, estabelecendo entre Santa Elena de Uairén, Venezuela, à Pacaraima, Brasil, fluxos diários motivados pelo atendimento em escolas brasileiras. Esses alunos e professores podem possuir referências espaciais distintas o que contribui ou não para o tratamento dos conteúdos de Geografia na escola.

Em escolas de Ensino Fundamental como a Escola Municipal Casimiro de Abreu o ensino da língua portuguesa distinta da língua materna de alunos advindo da Venezuela (espanhola), situa-se entre

uma das principais dificuldades dos professores. Para as pesquisas na abordagem da Educação Geográfica, a quantidade de alunos matriculados por nacionalidade nas escolas pode indicar uma primeira condição analítica importante podendo ser associada a outras informações como: residência dos estudantes, condição socioeconômica, situação de vulnerabilidade, estado de migração, filiação e condições familiares, entre outros aspectos.

Essas situações que explicitam o desenvolvimento da investigação devem considerar estratégias qualitativas que comprovem ou refutem esses primeiros dados, como: observações da escola e aulas de Geografia, entrevistas, questionários, realização de intervenções pedagógicas etc. Distante de um receituário, as orientações convergem em compreender essa realidade escolar a partir de questões como as que se seguem: por que existe essa mobilidade de alunos venezuelanos para escolas brasileiras? Qual a compreensão de alunos e professores dessa mobilidade espacial na fronteira Brasil e Venezuela? Como o ensino de Geografia é construído em escolas localizadas em contexto territorial de fronteira? O contexto territorial de fronteira é mobilizado enquanto conhecimento no tratamento dos conteúdos de Geografia na escola?

Por fim, entende-se que o arcabouço teórico-metodológico deve considerar a análise multiescalar do contexto territorial de fronteiras dessas escolas e como isso pode se converter em políticas públicas para o ensino e formação de professores de Geografia.

Palavras-chave: contexto territorial de fronteira; ensino de Geografia; PCK; pesquisa.

CAPÍTULO 4

Políticas Públicas: Agenda Migratória

OPERAÇÃO ACOLHIDA: UM *CASE* DE (IN) SUCESSO, PARA QUEM?

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

A unidade federativa brasileira mais setentrional do mapa, é hoje cenário de um experimento social inédito e bizarro, denominado Operação Acolhida. É de sabença geral que o estado tem sido a porta de entrada em território nacional de centena de milhares de pessoas oriundas do êxodo venezuelano iniciado ainda em 2015. Impende ressaltar que, durante quase 3 (três) longos anos, o problema não era considerado federal, por mais absurda que essa afirmação possa parecer, porquanto somente em 2018 a União sai da inércia ao deflagrar uma operação humanitária em nível federal batizada de Operação Acolhida, tendo por escopo o reconhecimento de uma pseudo liderança regional e global (*sic*) como objetivo imediato e a ajuda humanitária como objetivo mediato.

Vive-se em um país endemicamente hipócrita em que os instrumentos de garantias dos direitos (e seus aparatos burocráticos) são mais importantes que os direitos ou mesmo que as pessoas que titularizam esses direitos, lamentavelmente. A abissal inépcia das autoridades competentes, notadamente as estaduais, indicadas para compor as mesas de debate propiciou que a unidade federativa se transformasse em laboratório, e, o que é pior, seus habitantes em cobaias sem qualquer resistência, ainda que passiva.

Nesse contexto, observa-se que há claro equívoco na política de imigração nacional, a uma, interpretando, isolada e a contrário sensu, o artigo 8º da Lei Federal nº 9.497/1997, admitindo, pasmem, a exceção, como regra geral, a duas, instalando campos de refugiados na capital de uma unidade federativa, contrariando, com

ineditismo, repise-se, a doutrina internacional de instalação de campos de refugiados até 50 km (cinquenta quilômetros) da fronteira, ignorando o respeito aos aspectos da mobilidade e do trânsito inerentes a pessoa humana.

O planejamento simplesmente desprezou a possibilidade intelectual de cotejo com temáticas relacionadas à segurança pública e nacional; importou-se, sem maiores problemas, integrantes de organizações criminosas praticantes de atos muito mais cruéis que as tupiniquins, como o Tren de Aragua e o Tren de Guayana, bem como suas guerras particulares, transformando a cidade em um depósito a céu aberto de corpos espostejados e decapitados, sem deslembrar-se dos frequentes tiroteios pela hegemonia territorial caracterizadores de constante perigo comum a que a população local passou a ser submetida.

As consequências futuras da malfadada experiência, considerando que a média atual de existência/funcionamento desses campos gira em torno de 17 (dezessete) anos, pouco importam, sendo certo que o alvo é, realmente, ser um "*case* de sucesso". Não há notícia, por exemplo, que a França tenha instalado campos de refugiados nos principais centros urbanos de suas regiões ou departamentos, da mesma forma a Espanha em suas comunidades autônomas ou províncias, valendo a regra até mesmo para países africanos e asiáticos.

A metodologia parte de um viés exploratório-descritiva, quanto aos fins e uma abordagem qualitativa, utilizado método histórico-teórico e normativo-dedutivo, utilizando-se dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados. O estudo em comento é inédito, considerando a absoluta unanimidade da ótica acadêmica e midiática no exame da matéria em apuração, como se não existissem habitantes locais anteriores à Operação Acolhida; o objetivo da investigação é definir se o objeto até agora delineado se trata

realmente de um "*case* de sucesso" e para quem pode ser assim considerado, se for caso; d'outro giro, caracterizada a hipótese de tratar-se de um "*case* de insucesso", o estudo se prestará a formular políticas públicas, de caráter urgente, voltadas a preservação da vida e dignidade da pessoa humana? locais ou refugiados? sob o pálio da legislação em vigor e em observância a princípios básicos, e porque não dizer primários, de Segurança Pública e Segurança Nacional, notadamente quando se toma como elemento agregador do estudo os altíssimos custos, na casa das centenas de milhões de reais, da manutenção do "*case*" cujo referenciado.

Palavras-chave: homicídio; imigração; Operação Acolhida; Roraima; Venezuela.

PROTEÇÃO À MIGRANTE VENEZUELANA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM RORAIMA (2019)

Nannibia Oliveira Cabral

Claycia Maria Rocha Machado

Ordilei Rocha Pereira

Anabelle Jeniffer Garcia Alves

A presente pesquisa tem como objetivo estudar a violência contra mulheres migrantes venezuelanas no Brasil, praticada por seus parceiros íntimos em contexto domiciliar, com base na Lei Maria da Penha. A pesquisa tem relevância social, ao passo que oportunizou conhecimento sobre a temática voltada a mulher migrante venezuelana, principalmente por se tratar de pessoa que chega ao Brasil já em extrema vulnerabilidade social. Realizada no Juizado Especial de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça de Roraima, teve como público-alvo a população de mulheres migrantes venezuelanas em situação de violência. Adotou uma abordagem qualiquantitativa, de pesquisa bibliográfica e de dados levantados junto ao Juizado Especial de Violência Doméstica, e aplicando instrumentos estatísticos no tratamento dos dados organizando-os de modo compreensível.

A migração Venezuelana para o Brasil teve seu crescimento acentuado a partir do ano de 2015 e aconteceu em razão de uma forte crise humanitária, oriunda principalmente em razão do colapso petroleiro que era a principal fonte de receita daquele país. Diante desse cenário de vulnerabilidade é que centenas de venezuelanos passaram a cruzar a fronteira com o Brasil todos os dias. A

manifestação do deslocamento do país de origem para outro país revela além da vulnerabilidade social daqueles que precisam migrar, o protagonismo de mulheres que cruzam o país com seus filhos para encontrar o companheiro que já está no Brasil ou outras vezes desenvolvem novas relações íntimas de afeto.

É nas relações íntimas de afeto que o agressor pautado em privacidade e prevalecendo-se dela comete atos de violência e que podem resultar em dano físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial, mediante coação ou até mesmo privação da liberdade. Essas migrantes já fragilizadas e longe da sua rede de proteção primária que é a família e amigos, e, sem terem conhecimento do que fazer ao chegar em um país com legislação e cultura diferentes da sua, estão ainda mais vulneráveis. Por essa razão, Organizações Não Governamentais (ONG's), a exemplo da Agência da ONU para Refugiados, têm investido em campanhas pelo fim da violência contra a mulher, com atividades e debates sobre a violência de gênero.

Essas atividades são importantes porque oportunizam a mulher migrante venezuelana o conhecimento sobre a legislação brasileira que lhes garante proteção em situação de violência e pleno acesso a Rede de Enfrentamento e Combate à Violência Contra a Mulher, proporcionando proteção integral para assegurar a sua própria dignidade humana, já muito violada em seu país de origem. O conhecimento da legislação brasileira tem feito com que as migrantes busquem a Rede de proteção para denunciar os seus agressores e coloquem fim no ciclo de violência, contribuindo para que suas vidas sejam preservadas. Segundo os dados apontados pelo Juizado Especial de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça de Roraima, no ano de 2019, dos 1146 acompanhamentos 137 mulheres eram venezuelanas.

Dentre elas, 47,45% estão na faixa etária de 25 a 29 anos, as que estão em Roraima há mais de um ano perfazem 13,87%,

migraram com a família 45,99%, estão desempregadas 13,14% e são do lar 20,44%. Percebe-se que o fato de as mulheres iniciarem uma vida sexual entre os 15 e 25 anos, faz com que ao chegarem entre os 26-36 anos elas estejam com vínculos conjugais estabelecidos e filhos, permanecendo em contato diário o seu parceiro íntimo, estando mais exposta a situações de violência doméstica, o que explica o percentual de 47,45% das mulheres entre a faixa etária de 25 a 29 anos estarem figurarem entre a faixa etária mais atingida.

O levantamento de que 13,14% estão desempregadas e 20,44% são do lar, se coadunam com o entendimento de que quanto menor a qualificação das mulheres, menores são as oportunidades no mercado de trabalho, gerando condições socioeconômicas precárias e que as tornam mais vulneráveis, devendo o aparato estatal e social de apoio estar disponível para atender essas mulheres vítimas de violência e que estão em situação de pobreza, razão pela qual essa baixa escolaridade associada à dependência financeira com o agressor e a vulnerabilidade social por estarem longe da família e amigos é que faz com que a mulher não denuncie o agressor.

Isso porque esse padrão específico de violência está fundado na hierarquia e disparidade de espaços sociais sexuados que colocam o feminino em posição inferior. Por fim, a presente pesquisa possibilitou conhecer e refletir sobre a demanda da violência doméstica e familiar sofrida por migrantes venezuelanas que saem do seu país com muita vulnerabilidade e que ao procurar outro país para recomeçarem suas vidas e adquirirem dignidade são expostas a atos de violência por parceiros íntimos que não tem o direito de violentá-las e desrespeitá-las, colocando sua condição de dignidade humana em desequilíbrio e reforçando estereótipos culturais de um machismo perverso.

Palavras-chave: migrantes; mulheres; violência.

ANÁLISE DOS FLUXOS VENEZUELANOS NO BRASIL SOB O PRISMA GEOGRÁFICO (2010-2020)

Lídia Pinheiro de Matos

Elói Martins Senhoras

O ato de migrar em países com problemas econômicos, políticos ou mesmo culturais, em sua maioria leva a uma migração forçada, adquirindo por diversas vezes um status de refúgio, como é o caso da Venezuela. A crise migratória venezuelana surge como estopim da combinação de uma governança política desestruturante, aliada a desvalorização do petróleo em 2014, seu principal produto, que sucedeu em uma série de problemas como a escassez de alimentos básicos e o aumento alarmante da violência, o que gerou conflitos em vários setores daquela sociedade.

Tomando como referência essas discussões da questão migratória em contexto global, o tema da presente pesquisa é um estudo geográfico sobre a espacialização dos fluxos de deslocamentos de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar de modo sistemático os fluxos de migração e refúgio a luz do pensamento cientifico geográfico e da análise empírica dos deslocamentos a partir de 2010, como também analisar os fluxos migratórios e de refúgio no Brasil (2010-2020).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa caracterizam-se por um estudo exploratório-explicativo-descritivo quantos aos fins, e por uma análise qualiquantitativa quanto aos meios, utilizando-se de um método dedutivo. Dessa forma, os procedimentos de levantamento de dados estão fundamentados em

revisão bibliográfica e documental e a análise de dados estruturada com base na interpretação da hermenêutica geográfica e análise geoespacial.

A Venezuela desde 2010 vem passando por um ciclo recorrente de uma crise econômica e política, culminando no intenso fluxo migratório venezuelano de maneira multilateral, cujo perfil segue o padrão Sul/Norte e Sul/Sul. A recorrente crise se fundamenta primeiramente no comprometimento da condição de governabilidade do atual governo, o crescente isolamento internacional; como também na crescente deterioração da condição econômica e concomitantemente, no aprofundamento e a generalização da crise social como os elevados indicadores de criminalidade e violência.

No Brasil, podem ser considerados dois grandes *hubs* de distribuição dos fluxos migratórios venezuelanos, onde o estado de Roraima por fazer fronteira com a Venezuela se tornou uma das principais rotas terrestres para a entrada de migrantes venezuelanos que adentram no estado pela cidade de Pacaraima, e, o estado de São Paulo se tornou em um *hub* de deslocamentos e redistribuição a partir da via aérea, onde tais fenômenos vem se intensificado de modo a implicar nas mudanças socioespaciais dos estados acolhedores.

O padrão socioeconômico dos migrantes venezuelanos se difere, sobretudo pelo padrão espacial da migração, cuja dinâmica de mobilidade se inicia pela região de fronteira Brasil-Venezuela, que é a grande maioria e possui maior desigualdade econômica, com 24% dos fluxos venezuelanos no Brasil segundo dados do SISMIGRA em 2020. Enquanto estado de São Paulo tem o percentual de 23% por possuir a maior rede aérea viária do Brasil acaba redistribuindo os fluxos venezuelanos daqueles que possuem um contexto econômico melhor para ocupar outras áreas em território brasileiro.

Diante deste contexto migratório venezuelano ao Brasil, é necessária a elaboração de políticas pelo Poder Público *lato sensu*, pois a despeito da existência da Operação Acolhida, responsável pelo acolhimento e redistribuição dos fluxos em território brasileiro, se verifica que o percentual de pessoas realocadas ainda é pequeno diante do quantitativo de migrantes que adentram ao Brasil, em especial no estado fronteiriço de Roraima, o qual se tornou a principal porta de entrada, mesmo possuindo baixa capacidade de absorção.

Palavras-chave: fluxos migratórios; migrantes venezuelanos; Venezuela; Roraima.

CAMPO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGUÊS, ESPANHOL E INGLÊS: REVISÃO INTEGRATIVA COM ENFOQUE DA GEOGRAFIA (1950-2020)

Lídia Pinheiro de Matos

Elói Martins Senhoras

O campo de estudos sobre migração é claramente permeado por uma natureza multidisciplinar dentro de um conjunto de paradigmas teóricos incessantemente reformulados dentro dos campos do conhecimento que estudam as ramificações conceituai comandada por contribuições oriundas das Ciências Sociais, Direito, Relações Internacionais, Geografia, entre outras áreas, de modo que o seu estudo vem a corroborar com o mapeamento do estado da arte partindo de uma foco que toma como referência a área de estudos geográficos.

Para esta pesquisa foi utilizado o método histórico-teórico-dedutivo, empregado para a análise dos dados, fundamentando-se no uso da revisão integrativa como também a utilização de hermenêutica geográfica, análise gráfica com a utilização do editor de planilhas Excel, sendo esta pesquisa de caráter exploratória, descritiva e explicativa e de abordagem qualiquantitativa, pois seu objetivo geral será analisar de modo sistemático os fluxos de migração a luz do pensamento científico geográfico.

A presente pesquisa é fundamentada com base numa análise multidisciplinar do tema "Estudo geográfico sobre a espacialização dos fluxos de deslocamentos de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil", cujo enfoque se dá nos fluxos migratórios, sendo o recorte teórico instrumentalizado por meio da metodologia aplicada

e elaborado por meio da revisão integrativa será realizado o mapeamento do estado da arte sobre Geografia e Migração que possibilitaram a formulação de novos conceitos para a pesquisa.

Os campos de estudos sobre a temática sobre Geografia e Migração são contextualizados por meio da revisão integrativa, destacando as discussões sobre o tema a partir do estudo do estado da arte, ou seja, sobre as obras que se destacaram no panorama bibliométrico em torno da temática. Assim, os critérios de seleção de teóricos, marcos legais e regulatórios consistem em indicadores da literatura econométrica, que são edificados e discutidos na pesquisa.

Com a utilização da metodologia de revisão integrativa foi realizada uma análise do campo científico das publicações sobre a temática migratória através dos termos Geografia e Migração por meio de busca na plataforma científica Google Acadêmico, utilizando uma abordagem bibliométrica baseada em uma análise geral de toda a produção científica e uma análise específica dos 100 textos mais citados nos idiomas espanhol, inglês e português sobre os referidos termos, identificando o fluxo anual e o estoque acumulado de produções.

A soma das buscas pelo critério de prevalência (citações), após a seleção da amostra das dez produções mais citadas de cada ano no período selecionado, corresponde a um total de 403.893 menções no universo da busca inicial dentro dos três idiomas português, inglês e espanhol no decorrer do período de 1950 a 2020, sendo os dados estruturados, caracterizados e analisados para a conceituação e a fundamentação teórica desta pesquisa.

Dentro da filtragem dos 100 textos mais bem ranqueados pelo quantitativo de citações, foi selecionada a amostra de 25 produções científicas para cada idioma, totalizando 75 obras com foco direto na discussão dos termos Geografia e Migração, onde

foram identificados através da leitura da apresentação e considerações finais o foco da discussão, o gênero dos autores, a tipologia da produção e área de conhecimento da obra.

Após a análise gráfica dos dados amostrais no universo da temática Geografia e Migração nos idiomas espanhol, inglês e português foi verificado a existência majoritária de publicações no idioma inglês com 934240 publicações dentro do período elencado, seguido das produções em espanhol com 300762 e com 157694 de produções em português. Diante desta análise bibliométrica é possível concluir que existe uma predominância de produções em língua inglesa, sendo essa massa crítica com enfoque geográfico.

Palavras-chave: campo de estudos; Geografia; migração; revisão integrativa.

CAPÍTULO 5

Políticas Públicas: Agenda de Direitos Humanos

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO BRASILEIRO

Giovanna Patrícia de Oliveira Rodrigues

Raphaelie Pimentel Galdino da Silva

A presente pesquisa trata-se de uma análise descritiva do histórico brasileiro no que diz respeito ao surgimento e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para as mulheres, tendo como justificativa o interesse pela temática e a compreensão da abordagem no Brasil. Tem como objetivo traçar uma relação entre as temáticas do feminismo, gênero e políticas públicas no âmbito do Brasil, uma vez que a relação entre os tópicos é intrínseca.

Os métodos utilizados na pesquisa possuem caráter exploratório-explicativo, utilizando-se de publicações disponibilizadas na plataforma científica *Google Scholar* e canais de notícias. A respeito do surgimento da perspectiva de gênero nas políticas públicas no Brasil, ela é datada nos anos 1970 e foi advinda de movimentos políticos, estudos acadêmicos feministas e, em especial, das organizações sindicais.

Apesar disso, foi somente nos anos 1980 que houve institucionalizações de leis voltadas às políticas públicas femininas, sendo a priori com a Lei nº 2 7.353, de 29 de agosto de 1985, uma vez que essa lei foi responsável pela criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), sendo vinculado ao Ministério da Justiça, e do Fundo Especial dos Direitos da Mulher. A criação do CNDM foi o pontapé inicial para incorporação de políticas públicas da mulher, visto que o conselho foi responsável por grandes campanhas, em especial a campanha Mulher e Constituinte, que tinha como lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de

mulher", e com o objetivo de haver a consolidação de políticas públicas ligadas a violência, educação, trabalho, saúde.

A campanha ganhou força, tendo mulheres e movimentos feministas juntando-se a ela para acompanhar a elaboração e apuração de votos de Emendas Constitucionais. Em seguida, ocorreu a instituição da cidadania e dos direitos humanos para as mulheres por meio da Constituição Federal de 1988, incorporando a maioria das reivindicações presentes na campanha Mulher e Constituinte. Entretanto, os anos seguintes seriam desafiadores para os avanços das políticas públicas femininas.

No final do governo Sarney, o CNDM teve sua verba diminuída substancialmente e sua autonomia comprometida, havendo por fim seu esvaziamento em 1989. No governo Collor ocorreu a reativação do CNDM, todavia em corpo administrativo e fundo financeiro próprio, além de ter sido rebaixado na hierarquia do Ministério da Justiça. É percebido também a importância da criação de grupos e movimentos feministas e de gênero, como o Grupo 8 de Março e o Grupo Viva Maria, na contribuição para ampliação do debate na esfera nacional, principalmente no que se refere à garantia de direitos e na fomentação da discussão sobre questões de gênero, violência contra a mulher e da participação política, por exemplo.

Durante o governo Lula a temática ganhou mais força, havendo a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, e a Lei Maria da Penha entrando em vigor no ano de 2006 com o objetivo de coibir, prevenir e prestar assistência no que se refere à violência contra a mulher.

O governo de Dilma Rousseff deu continuidade à agenda, tendo a criação da Coordenação Geral da Diversidade, em 2012, que buscava o incentivo de políticas públicas voltadas para mulheres

negras, indígenas, lésbicas, idosas, jovens e com deficiência. Entretanto, observou-se um retrocesso no que diz respeito à adoção de medidas e criação de políticas públicas nos últimos anos no Brasil.

Durante o governo de Michel Temer, utilizando-se da justificativa de redução de gastos, ainda no ano de 2016, houve a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, bem como os diversos cortes em gastos sociais, como nas áreas de promoção da igualdade racial e de programas de direitos das mulheres. Por fim, conclui-se com a perspectiva histórica das políticas públicas voltadas para as mulheres, apresentando o seu surgimento no Brasil por volta da década de 1970 e um crescimento na agenda nas décadas seguintes, chegando ao seu declínio a partir de 2016 com um acentuado desmoronamento durante o governo de Jair Bolsonaro.

Baseado em um discurso religioso, a favor da família heteronormativa e contra a ideologia de gênero, o presidente Bolsonaro teve um mandato marcado pelo retrocesso no que diz respeito aos direitos das mulheres e de outros grupos, como os indígenas, negros e LGBTQIA+, disponibilizando cada vez menos recursos para políticas públicas já existentes e demonstrando pouco incentivo para a criação e desenvolvimento de novas medidas dentro da temática.

Palavras-chave: Brasil; feminismo; gênero; mulheres; políticas públicas.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO

Ana Paula Dias Tenente

Vandercleia da Costa Torquato

Waltencir Barroso Simão

A violência contra as mulheres se inicia ainda na infância e percorre toda as fases de sua vida. Este tipo de violência ocorre em todas as classes sociais, independe de cor ou idade, sem distinção, onde acontece no âmbito doméstico e social. A violência sexual é o grande fenômeno sociocultural que aflige e atinge mulheres em estado extremo de vulnerabilidade, e que se apresenta em suas mais diversas formas (violência moral, econômica, sexual, tortura física e psicológica, entre outros).

Hoje, movimentos em prol da defesa das mulheres vem travando lutas em busca de igualdade social, financeira e de direitos como um todo. A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, define que a violência doméstica contra a mulher é crime e aponta as formas de evitar, enfrentar e punir a agressão. Também indica a responsabilidade que cada órgão público tem para ajudar a mulher que está sofrendo a violência.

A justificativa do estudo desse tema se dá pela necessidade de se aprofundar nos conhecimentos e mecanismo que a Lei n. 11.340/2006, proporciona como proteção a mulher em seus mais diversas formas de violência sofrida, onde grande parte da população ainda desconhece os caminhos legais para acolhida, efetiva proteção

às mulheres em estado de vulnerabilidade quanto a violência doméstica.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho centrou-se em analisar quais são os desafios para uma maior efetividade da Lei n. 11.340/2006. Nesse contexto, o alcance dos objetivos desse estudo se deu através de forma bibliográfica, relacionar de forma mais profunda e concisa particularidades, contribuindo para a maior compreensão e futura aplicação do estudo dessa temática.

Uma vez entendida que todas as mulheres exerciam e ainda continuam a exercer um paper secundário no que diz respeito a sua posição como sociedade, faz-se necessário entender que a necessidade de compreender esses fatores de desigualdade feminina, proporciona uma série de fatores que provocam a violência contra as mulheres. Portanto, torna-se necessário conhecer os casos previstos em lei para que tanto, vítimas como familiares e amigos consigam identificar os seus agressores e ainda, procurar ajuda, denunciar os crimes e romper com o ciclo de violência.

Sendo necessária a conceituação de violência para que se possam identificar suas mais variadas formas. Entende-se ainda que violência contra a mulher não deriva apenas do homem contra a mulher, mas também ocorre entre mulheres, onde o perfil do agressor está em sua maioria associado ao homem, seja ele seu companheiro ou alguém que não tenha tido a afetividade correspondida.

A aplicação desta pesquisa acadêmica buscou de forma geral quais são os desafios para uma maior efetividade da Lei n. 11.340/2006. Nesse contexto, observou-se com a análise desta pesquisa que os desafios encontrado pela mulher que sofre a violência em suas mais possíveis causas, é a falta de efetividade nas punições impostas aos agressores, onde os mesmos reincidem com a certeza de uma impunidade estrutural, e que o aspecto importante é

que a violência contra a mulher não tem momento, lugar ou qualquer tipo de inibição por parte do agressor ou agressora, pode ocorrer em regra, dentro do ambiente doméstico/familiar e ambiente de trabalho, das mais variadas formas, seja física, oral, moral e psicológica, e que a violência imposta a mulher acontece dentro de um fator histórico/cultural ultrapassado.

Observou-se ainda que a Lei nº 11.340/2006 vem nortear o regramento de um caminho jurídico, onde os agressores e possíveis agressores sejam enquadrados dentro do que a lei possa permitir. E que as características ou perfil de agressores se está em sua maioria associado ao homem, seja ele o companheiro, namorado ou alguém que não tenha a afetividade correspondida, e que o outro padrão de agressor de violência doméstica é uma pessoa que trabalha, tem uma vida social, é primário e de bons antecedentes, ou seja, entende-se que o agressor é uma pessoa comum que pode se transformar e exercer uma característica de subjugar suas parceiras.

Por fim, entende-se que Lei nº 11.340/2006, por mais efetiva que ela seja, não atende em sua plenitude o objetivo principal a que se propõem, ou seja, garantir o reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos, já que nem ela própria assim se enxergam pela falta de uma política de efetividade da lei.

Entende-se que a análise desta temática possibilitará a discussão a fim de contribuir para futuras consultas e/ou trabalhos acadêmicos. Ressalta-se que não se pretende com este estudo, esgotar as discussões em torno dessa temática, mas suscitar futuras pesquisas na área que envolve a violência contra a mulher, especificamente, a Lei nº. 11.340/2006.

Palavras-chave: gênero; Lei Maria da Penha; violência contra a mulher.

DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO BRASIL

Flávia Amaro Gonçalves Tavares

Fabiana Rikils

No Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adotado pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 1966, teve origem a expressão "Direito Humano à Alimentação Adequada". A conclusão do documento final passou por diversos conflitos para a sua concretização, demonstrando a dificuldade de concordância entre os países que participaram da sua elaboração, onde cada um buscava conferir sentidos diferentes ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O Pacto entra em vigor na ordem internacional apenas em janeiro de 1976 e é ratificado pelo Brasil, por meio do Decreto Legislativo n. 226, de 12 de dezembro de 1991, quase três décadas após a adoção do Pacto. Os direitos sociais instituem condições para que as sociedades se organizem no sentido de reduzir os exageros de desigualdade causados pelo capitalismo e garantam um mínimo de bem-estar para a população, tendo como ideia central a justiça social. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi discutir os desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no Brasil.

Para realizar a pesquisa foram utilizadas as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed e Medline. Utilizou-se para essa pesquisa os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). A promoção da efetivação do DHAA está prevista

em vários tratados e documentos internacionais e em diversos instrumentos legais vigentes no Estado brasileiro sendo também incorporada em vários dispositivos e princípios da Constituição Federal, de 1988.

A existência deste marco legal institui a promoção da realização do DHAA como uma obrigação do Estado brasileiro e como responsabilidade de todos nós. O DHAA tem sido assegurado em âmbito internacional em diferentes pactos e declarações e reafirmado no Brasil por meio da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Sob a definição deste pacto, o DHAA implica obrigações do Estado e da sociedade em respeitar, proteger, promover e prover: a) acesso físico e econômico a uma alimentação saudável e diversificada de forma sustentável; b) condições que propiciem um cuidado adequado na escolha, preparação e ministração do alimento (higiene, preparação de alimentos, creche etc.); c) condições de vida que promovam a saúde e d) atenção integral à saúde.

A história tem apontado que são raras as situações em que as sociedades humanas alcançam a garantia de uma alimentação de qualidade para todos os seus membros e, por isto, a defesa do DHAA começa pela luta contra a fome: “garantia a todos os cidadãos de ter acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais básicas essenciais para a

IDENTIFICAÇÃO DOS FENÔMENOS EL NIÑO E LA NIÑA COMO FATOR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DO POVO INGARIKÓ

Marta Margareth Braid de Melo

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Elói Martins Senhoras

O território do povo Ingarikó está localizado no nordeste do Estado de Roraima, no município de Uiramutã, sobreposta o Parque Nacional do Monte Roraima com a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que compõem 12 (doze) Comunidades Indígenas, onde sofrem influências socioambientais dos países vizinhos. Os desafios para manter seus recursos naturais são inúmeros, como as diferentes políticas ambientais, as línguas (português, inglês e espanhol) oriundas dos países de fronteira, os hábitos culturais, entre outros. Atualmente o maior desafio das comunidades Ingarikó é a segurança alimentar. Vários fatores contribuem para que isso ocorra: o aumento populacional, a criação do Parque Nacional Monte Roraima (PNMR), e o solo que sustenta a região.

Estudos envolvendo os fenômenos *El Niño* e *La Niña* tornam-se importantes uma vez que a influência sob o clima tem como consequências variações no ciclo hidrológico as quais podem promover um melhor direcionamento das atividades. Esta pesquisa, tem como objetivo identificar as alterações climáticas que interferem no manejo das roças através da análise dos fenômenos *El Niño* e *La Niña* e suas relações com a segurança alimentar do Povo Ingarikó.

A metodologia parte de um levantamento do histórico hídrico pluviométrico da área de estudo com base nas séries históricas dos anos 2003 a 2018, cujos dados foram obtidos através da Agência Nacional de Água (ANA/HIDROWEB) para obter as médias anuais, e levantamento de dados obtidos através das ATAS das assembleias do povo Ingarikó e levantamento bibliográfico para compreender os períodos extremos de estiagem e chuvas correlacionando com a insegurança alimentar do Povo Ingarikó.

A análise diagnóstica das variáveis climáticas foi realizada através do Centro de Previsão do Clima (*Climate Prediction Center*) associado ao Centro Nacional de Previsão Ambiental (*National Centers for Environmental Prediction (NCEP*) representado pela Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) (*National Oceanic & Atmospheric Administration*). As variáveis oceânicas (Temperatura da Superfície do Mar e Pressão atmosférica). Os dados foram organizados e tratados em planilhas eletrônicas do *software* Excel, onde foram elaborados gráficos dos extremos máximos e mínimos anual de chuva. Ao analisar a influência do ENOS nestes anos, observa-se que o ano de 2010 coincide com a fase negativa do ENOS (*La Niña*), havendo chuvas extremas, com índice anual superior 140 mm/ano, sendo este ano o mais chuvoso do período. Identificou-se que em 2009, foi um período de *El Niño*, ocorrendo os períodos de estiagem, ocorrendo secas na região.

Nos últimos anos os Ingarikó tem percebido que o clima na sua região está mudando, as estações que antes obedeciam às datas do seu calendário agrícola, agora as estações do alteradas, a região Ingarikó tem longos períodos de chuva ou grandes períodos de seca que afetam a produção das comunidades Ingarikó. Isso reflete na segurança alimentar. De acordo com Falcão (2016) Com relação às roças tradicionais, o processo de escolhas das novas roças ocorre durante o período seco (toronkan) quando os Ingarikó fazem a broca, derrubada e a queima, já no período chuvoso (tîmon) ocorre o

plantio, e os indígenas buscam alternativas tais como: a caça e a pesca, conforme o calendário agrícola "celestial" dos Ingarikó.

A relação intrínseca e direta dos rituais Areruya relacionada a produção Ingarikó, modelam, regulam, organizam, administram, aliado ao calendário agrícola do seu povo e sua produção. Em 2010, o fator climático diminuiu a produção deixando os Ingarikó em emergência com a falta dos seus produtos. No ano de 2012, na Serra do Sol, as chuvas levaram parte das roças dessa comunidade deixando parte dos Ingarikó sem produção, nessa comunidade algumas roças ficam localizadas a margem do igarapé "Anaren" por isso foram levadas pela água.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no decorrer do ano de 2010, atendeu a comunidade indígena Ingarikó, que se encontrava em situação de insegurança alimentar e nutricional em função da perda da safra de 2010 devido às intempéries, enchentes e longos períodos de estiagem. Nesse momento, a região está afetada pelo excesso de chuva, comprometendo a segurança alimentar, ocorrendo novamente a distribuição de cestas básicas. A partir dos resultados, nota-se que há uma relação entre a intensidade do fenômeno ENOS e a segurança alimentar. Comprovando que o estudo dos fenômenos climáticos é uma importante ferramenta de apoio as ações de planejamento de políticas públicas para o povo Ingarikó.

Palavras-chave: comunidade indígena; El Niño; Ingarikó; La Niña; segurança alimentar; variabilidade climática.

POLÍTICA ORGANIZACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DE PCD NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA VAREJISTA NA CIDADE DE BOA VISTA/RR

Karynne Magalhães Melo

Waltencir Barroso Simão

A área de Recursos Humanos (RH) passou por diversas transformações até chegar ao cenário atual, sejam nos novos hábitos sociais ou até mesmo tecnológica visto que a maioria dos processos se fazem através de sistemas. Dessa forma levando o mercado de trabalho também a constantes mudanças tornando-o cada vez mais competitivo. É amplamente aceito que o domínio da gestão de RH como tema em ambos os currículos universitários, sobremaneira no ambiente mundial dos negócios nasceu na América do Norte entre os anos de 1910 e 1920.

Com o passar do tempo, várias denominações foram usadas: gestão dos empregados, gestão do trabalho, administração pessoal, relações de trabalho, relações industriais, gestão das relações industriais e relações de emprego. A administração de recursos humanos abrange ações que estabelecem diretrizes as quais indicam a política da empresa e determinam o modo que os gestores e colaboradores irão agir dentro da organização.

As organizações, sejam elas de qualquer porte, é um organismo vivo, e por isso, é um organismo dinâmico, pois trata de relação comercial e de trabalho entre as diversas formas e diversidades de pessoas, no que se refere a cor, credo e deficiências, sejam elas, nos ambientes organizacionais, entre eles: o macro ambiente, o microambiente e o ambiente interno.

Neste sentido, a inclusão de profissionais ou Pessoas Com Deficiências (PCD) ao mercado de trabalho, deve incluir condutas adequadas de acessibilidade, cargos adequados e salários compatíveis. portanto, o processo de inclusão está amparado nas Lei 8213/1991 e a Lei n° 10.098 de Acessibilidade de 19/12/2000, que asseguram o lugar das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Com isso, buscou-se compreender como a política de recursos humanos, especificamente do caso estudado pode contribuir com a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho local. Portanto, o estudo dessa temática justificou-se para um maior entendimento de todo o processo que envolve os desafios inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e como as leis vigentes norteiam para o processo de inclusão.

O objetivo do estudo buscou analisar como a política organizacional da Loja Varejista de Boa Vista/RR, que faz parte deste estudo, pode contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho local. A metodologia da pesquisa parte de uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo – no qual, foi realizada em uma loja varejista situada na cidade de Boa Vista-RR - por possuir em seu quadro funcional, um colaborador com deficiência. Entrevistou-se 21 (vinte e um) colaboradores que fazem parte do quadro funcional da empresa, e assim, foi possível conhecer e analisar a política organizacional da loja pesquisada. Quanto a abordagem, é de cunho qualiquantitativa, uma vez que a proposta da pesquisa é analisar o papel da política organizacional na inclusão de pessoas com deficiência e quantificar os fatores que propicia a integração no mercado de trabalho.

O presente estudo permitiu um maior entendimento de todo o processo que envolve os desafios inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, assim como a política organizacional e leis específicas que tratam do tema pesquisado. A

aplicação desta pesquisa buscou de modo geral analisar como a política organizacional, especificamente da Loja Varejista de Boa Vista/RR, pode contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho local.

Verificou-se que a empresa estudada, não possui uma política específica de inclusão para o trato de PCD's no momento de contratação de mão de obra deles, utilizando para a inclusão e contratação a mesma abordagem usada para pessoas sem necessidades especiais. Foi possível identificar as dificuldades que se encontra em estabelecer as políticas da organização para facilitar a inclusão dos PCD's nas suas equipes de trabalho, onde verificou-se que pelo fato de não ter uma política baseada nas leis vigentes, a empresa busca cumprir seu papel na política de inclusão, onde tratam todos de forma igualitária, sem distinção, e que o impacto que a inserção da pessoa com deficiência traz em relação a sua colocação no quadro de funcionários, não causa dificuldade e nem qualquer tipo de desvio nas relações interpessoais dos colaboradores.

Deste modo, sobre a perspectiva da legislação vigente a respeito da pessoa com deficiências, percebeu-se que as leis especificas asseguram o mínimo de cidadania e inclusão social em alguns setores laborais das organizações, faltando ainda, o conhecimento, o seu emprego e políticas de RH mais inclusiva pelas corporações. Por fim, entende-se que a análise desta temática possibilitará a discussão a fim de contribuir para futuras consultas e/ou trabalhos acadêmicos e suscitará futuras pesquisas no que se refere a inclusão da PCD no mercado de trabalho.

Palavras-chave: inclusão; mercado de trabalho; política organizacional; PCD.

CAPÍTULO 6

Políticas Públicas: Agenda de Segurança Pública

INFLUÊNCIA DA NOTÍCIA NAS AGENDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAIMA: ESTUDO DE CASO SOBRE O JORNAL FOLHA DE BOA VISTA-RR

Waltencir Barroso Simão

Todas as notícias têm relevância social, onde objetiva informar fatos sobres assuntos econômicos, políticos, de saúde, educacionais, ambientais entre outros. A notícia é peça fundamental para o entendimento, esclarecimento e discernimento de quem a consome, principalmente a grande massa, pois, com ela, é possível formar opinião sobre diversas pautas noticiadas.

Tão importante quanto a notícia é o veículo que as promovem, pois eles dão celeridade aos processos de recebimento de pauta, verificação, correção e por fim, a informação completa do conteúdo. Esses veículos de informações vem passando por processos de transformações ao longo dos anos, seja de forma escrita, falada televisionada, transformando-se em digital.

As notícias passaram a ter seus consumos de forma imediata, saindo do contexto de "notícia indireta" onde não havia um *feedback* por parte de quem a se destinava, existindo apenas a opinião do noticiador ou emissor, neste outro contexto, a notícia direta, a digital, gera um processo de fluidez, rapidez e interatividade instantânea, as notícias são debatidas de forma imediata.

A Constituição Federal de 1988 traz uma série de diretrizes e regramentos como instrumentos normativos da sociedade brasileira, entre esses instrumentos, há programas e ações desenvolvida pelo Estado destinadas a garantir direitos previsto na Constituição, as políticas públicas. As políticas públicas pode ser destinadas as mais

diversas áreas da sociedade, como: econômicos, políticos, de saúde, educacionais, ambientais, segurança entre outros.

Existem diversos atores que influenciam nas propostas, agendas e construção de políticas públicas, dentre eles os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), a participação popular ocorre por meio dos conselhos e comitês gestores e órgãos privados da sociedade, dentre eles: a imprensa. A imprensa através dos mais diversos tipos de mídias disponíveis, através da informação, colabora no processo de fomentação de desenvolvimento de políticas públicas, sendo uma importante intermediária dos anseios de uma sociedade com problemas recorrentes de uma determinada localidade e/ou comunidade, não informa somente ao leitor comum de determinado problema, mas informa principalmente os gestores (governo e prefeituras) responsáveis da elaboração e execução de políticas públicas em determinada localidade.

Entre os atores que influenciam nas propostas e construção de políticas públicas no estado de Roraima e principalmente na sua capital, o jornal Folha de Boa Vista, fundado em 21 de outubro de 1983, prestes a completar 40 anos, é o mais antigo jornal em atividade no estado. O jornal Folha de Boa Vista é um importante fomentador e indicador de agendas, informando com isenção aos leitores e gestores, os diversos problemas estruturais recorrentes que comprometem: a) o crescimento econômico através da falta de matrizes energéticas confiáveis que possa oferecer uma nova alternativa de geração de emprego e rendas; b) estradas e vicinais que não tem o devido cuidado e manutenção, atrapalhando o escoamento da produção de frutas, verduras e legumes; c) falta de saneamento nas mais diversas localidades, d) faltas de escolas ou reformas, merendas e transportes, entre outros.

O objetivo desta pesquisa centra-se no entendimento da influência da notícia para elaboração de agendas de políticas públicas em Roraima. Portanto, o estudo dessa temática justifica-se

para um maior entendimento em relação em como a influência da notícia é importante para elaboração de agendas de políticas públicas.

A metodologia da pesquisa parte de uma revisão bibliográfica, documental e de campo, relacionando de forma mais profunda e concisa com o objeto da pesquisa e suas particularidades, contribuindo para a maior compreensão e futura aplicação do estudo dessa temática.

A criação de políticas públicas das mais diversas naturezas é essencial para o desenvolvimento de uma região e resgate da dignidade de quem delas necessita com urgência. O Estado (união, estado e prefeituras) por mais que se esforcem para atender as demandas de uma sociedade, sempre encontrará os mais diversos obstáculos para a efetivação de suas ações. O jornal Folha de Boa Vista, como um dos veículos de imprensa com grande credibilidade, exerce um papel fundamental para as averiguações de demandas diárias que acontecem no estado, e assim, vem municiando ao longo dos anos desde a sua criação, as autoridades e gestores a indicação e observância das necessidades apontadas com suas reportagens e editoriais para que a notícia cumpra o seu papel de influência para elaboração de agendas de políticas públicas em Roraima.

Palavras-chave: Folha de Boa Vista; notícias; políticas públicas; Roraima.

CRIMINALIDADE NO ESTADO DE RORAIMA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (2018-2021)

Ketiane da Costa Guerreiro

Pretende-se discorrer acerca da criminalidade no estado de Roraima no período de 2018 a 2021. Sendo a criminalidade um fenômeno multidimensional, inicialmente abordaremos acerca do novo cenário local que possam ter contribuído aos dados estatísticos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2018, o estado ocupou o ranking de Mortes Violentas Intencionais (MVI), com 384 casos. Este cenário é decorrente dos confrontos entre as facções criminosas Comando Vermelho (CV) e Família do Norte, com o grupo Primeiro Comando da Capital (PCC), que possui cada vez mais membros venezuelanos, no qual contribuíram com novas dinâmicas criminais.

No espaço urbano da capital Boa Vista-RR em 2019, esta disputa por espaços territoriais nas vendas de drogas, vem sendo incorporada por grupos compostos exclusivamente de estrangeiros, ocasionando mortes violentas com crueldade em via pública e até lançados em dentro de sacos plásticos em lixeiras. No final de 2020, durante intervenção federal que atuou na Penitenciária Agrícola de Roraima (PAMC) constatou diversos venezuelanos com posições de lideranças no PCC, ocupando cargos considerados importantes na estrutura organizacional do grupo, o que levou a denúncias ao Ministério Público de Roraima. Podemos somar aos novos aspectos da criminalidade, a inclusão do PCC junto a nova corrida pelo ouro ilegal, no qual novos atores sociais, oriundos de diversos estados do Brasil nas terras indígenas.

O objetivo desta pesquisa foi analisar os aspectos da criminalidade no estado de Roraima no período de 2018 a 2021, e as políticas de segurança pública existentes. A metodologia parte de uma abordagem bibliográfica, elencando os autores clássicos e modernos, e estatística oficial da segurança pública do estado de Roraima, utilizando-se da abordagem qualiquantitativa com aquisição dos dados, analisando-os, para classificá-las, a fim de obter a análise de dados criminais e chegar a efetiva redução da criminalidade, através de ações governamentais. Como resultado da pesquisa, as estatísticas revelaram decréscimo dos indicadores e mudanças no cenário da criminalidade.

A Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), que iniciou suas atividades junto a PAMC em 2018, após a chacina de 33 presidiários, permanecendo até o ano de 2021, inibindo de forma significativa a comunicação e articulações dos presos junto às facções. Referente a Organizações criminosas venezuelanas, a equipe de intervenção identificou na PAMC, estrangeiros que se identificam como membros da facção Pranato. Neste sentido, as instituições policiais locais citam as facções Trem de Arágua e Sindicato. Dessa forma, os dados do FBSP revelaram comparativo de alguns indicativos da criminalidade do ano de 2018-2021.

Considerando pesquisas realizadas pelo Referente às MVI 219 em 2019, e no ano de 2020, houve 212 casos, e em 2021, houve aumento para 232 casos, com variação de -46,6 em relação ao ano de 2019, com margem de diferença de -19,04 ao ano anterior. No indicativo latrocínio, em 2018, foram 14 casos; em 2019, 18; no ano de 2020 somaram 17 e em 2021 foram 13. Observando os dados da lesão corporal seguida de morte de 2018 a 2021, na escala subsequente foram 9 (em 2018); 9 (em 2019); 5(em 2020) e 6 casos em (2021). Quanto ao homicídio doloso de 2018 a 2021, obteve baixa de -46,4, com 336 casos em 2018; 180 em 2019; 212 em 2020 e 232 em 2021. Seguidos dos dados de mortes decorrente de

intervenções policiais ganhou maior destaque nas variações de -68,2 de 2018-2021, sendo 25 mortes em 2018; 12 no ano de 2019; 16 em 2020 e em 2021 a marca de 9 casos, com variação de – 68,2%. Por fim, Pessoas desaparecidas em 2018 foram 419; em 2019, 250; em 2020, 129 casos e em 2021, chegou a zero, correspondendo a -71% de redução.

A operação conjunta da Polícia Federal na Força Tarefa de Segurança Pública (FT/SP) que integrou as forças policiais no combate à criminalidade, apreendeu 2 toneladas de drogas, mais de 106 armas de fogo, 147 veículos e 3 aeronaves; cumpriu 874 prisões, 318 flagrantes. Conclui-se que houve redução dos dados da criminalidade no estado de Roraima em decorrência da efetivação do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (VIGIA), através da Operação Hórus. A atuação da FT/SP, coordenada pela Polícia Federal (PF), impactou financeiramente as Organizações criminosas, com elevados índices de apreensões. A partir do ano de 2019, Secretaria de Segurança Pública de Roraima investiu no Programa de modernização, reaparelhamento, e capacitação das instituições policiais em especial a polícia ostensiva, trouxe sensação de segurança e redução dos índices da criminalidade.

Palavras-chave: criminalidade; política criminal; política de segurança pública; Roraima.

CRIMINALIDADE EM BOA VISTA-RR (2019-2021)

Simone Arruda do Carmo

A pesquisa sobre o fenômeno da violência nos bairros de Boa Vista-RR em áreas que forem definidas pelos dados colhidos como mais violentos, irá comprovar ou refutar hipóteses, como as de que áreas periféricas são mais violentas, e áreas onde foram implantados projetos de habitação Minha Casa Minha Vida, também seriam mais violentas e teriam atuação de membros de organizações criminosas.

O objetivo da pesquisa visa analisar a criminalidade organizada ou não, e sua territorialidade no Município de Boa Vista-RR, visando a contribuição para políticas públicas de segurança, por meio dos levantamentos bibliográficos e conceituais, com análise dos índices através de mapeamento da violência nos bairros e as possíveis atuações de grupos criminosos, o método utilizado foi o hipotético-dedutivo.

Considerando que a pesquisa visa analisar a mancha dos principais crimes da capital Boa Vista-RR com possíveis comprovações de que as organizações criminosas mantenham domínio de território de suas atividades ilícitas nos bairros da capital, buscando demonstrar cientificamente por meio de análise de documentos a comprovação do domínio de território das organizações criminosas e os principais crimes praticados por seus membros.

Durante a fase de levantamento de dados estatísticos com a polícia civil nos anos de 2019 à 2021, constata-se que, quanto ao crime de homicídios em Boa Vista-RR, foram respectivamente, 178, 171 e 203, crimes de roubos registrados foram: 3.236, 2.593 e 3.186, já o crime de furto 5.937, 4.802 e 5.030, tráfico de drogas nos

mesmos anos foram registrados 330, 370 e 301, pelos dados gerais, não é possível afirmar que ocorreu uma variação de aumento considerável, já que empiricamente a população boa-vistense também aumentou, com estimativa apresentada pelo IBGE nos mesmos anos, como sendo de: 399,2, 419.652, 436.591 mil/habitantes.

Para a compreensão da territorialidade da criminalidade na capital Boa Vista-RR, a pesquisa busca configurar a dinâmica do território e da criminalidade nos bairros da cidade, com análise do controle do tráfico de drogas ou outros crimes por membros de organização criminosas, junto aos órgãos de segurança pública e seus dados, contextualizando a evolução do crime organizado em Boa Vista-RR sobre a ótica de domínio do território, assim, pretende a pesquisa ter os seguintes resultados.

A fundamentação teórica do estudo é baseada nos escritos de Henri Lefebvre, Milton Santos, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert entre outros, quanto a territorialidade e criminalidade na Cidade de Boa Vista-RR, explorando os conceitos geográficos. Os mapas de manchas criminais, dos principais crimes registrados dento de Boa Vista associado a reflexão sobre as implicações do modelo vertical de residências para a cidade de Boa Vista-RR. Particularmente, refletir sobre a estrutura existente no Residencial Vila Jardim e a criminalidade vivenciada pelos moradores.

Ao final da pesquisa seus produtos irão colaborar com a produção científica, tendo como base o estudo territorial do crime, permitindo ampliar discussões sobre o tema ainda pouco explorado em Roraima, auxiliando nas políticas públicas de segurança pública na Cidade.

Palavras-chave: Boa Vista; criminalidade; Geografia Urbana; território.

POLÍCIA MILITAR: O MITO DA MENOS CORRUPTA E A TERRA QUE VOMITA METAL E ENGOLE CORPOS NA CAPITAL DO ESTADO DE RORAIMA

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

A única capital de unidade federativa brasileira situada no hemisfério norte é palco de uma escalada de violência sem precedentes; o derrame de metais extraídos ilegalmente, literalmente "vomitados" pela terra, é fato-gerador de uma complexa rede integrada e estruturada para garantir a continuidade da lucrativa atividade que entende imprescindível o recrutamento de agentes de segurança pública, em sua maioria policiais militares (o que é uma heresia para muitos em razão da desinformação da narrativa mítica), para fins de "prestação de serviços".

A disponibilidade para usar as folgas em atividades estranhas ao policiamento ostensivo tem ligação direta com a influência da capacidade eleitoral da tropa, e, por conseguinte com a leniência normativa e hierárquica a que se submete. Os "serviços prestados" para terceiros, incluindo pessoas direta ou indiretamente envolvidas com a mineração ilegal (garimpo), vulgarmente conhecidos como "bicos", são a porta de entrada para o aperfeiçoamento da venda da força de trabalho policial, que naturalmente evolui para ações que se amoldam a conduta típica de milícia privada, o que inclui? não raro? a prática de homicídios que resultam em corpos que são enterrados (engolidos), por óbvio, pela mesma terra que "vomita" o metal.

A endêmica inexistência de um sistema estadual de segurança pública é a causa primária, sendo? para a surpresa de muitos? a política de mineração, causa secundária para justificar o fenômeno. O processo de formação e organização da Polícia Militar

é concausa, à vista de bizarros desdobramentos de sua estrutura organizacional básica e de "competências" constitucionais e legais ao arrepio do ordenamento jurídico vigente.

Não é despiciendo frisar que aspectos relacionados à culpa, elegendo do(s) Chefe(s) do Poder Executivo na nomeação do(e) Comandante(s)-Geral(ais), aprofundam a complexidade da quaestio. O intrincado processo de persecução criminal permeado de garantismos e ativismos deixa o tecido social refém de ações criminosas pelo fomento a impunidade; nesse contexto, agentes de segurança pública mais destemidos, por sua natureza, ganham uma respeitabilidade clandestina que é compartilhada por superiores, pares, subordinados e até por outros elementos que compõe os demais órgãos, instituições e poderes, selando um pacto silencioso que fortalece aqueles para passos mais largos em direção à, tão sonhada, independência operacional.

O mito [*mythos*], na condição de "história verdadeira" há muitos séculos litiga contra a razão [*lógos*]. Nesse diapasão, percebe-se, com clareza solar, a flagrante desonestidade intelectual em se rotular uma instituição de segurança pública com atributos (positivos ou negativos) que são próprios dos seres humanos, valendo-se de metáfora conceptual. A estratégia, é lógico, inviabiliza a formulação de soluções técnicas, pois sempre haverá uma antífona incessante e ensurdecedora para fazer calar que ousar cometer tal pseudo injúria.

Afigura-se que a mineração ilegal, cognominado garimpo, exsurge como um fator catalisador das condutas sub examine, principalmente quanto às típicas de milícia, subsumindo-se aos tradicionais eixos da (i) ausência estatal, (ii) coação, (iii) lucro individual, (iv) discurso de legitimação, (v) participação de agentes estatais, voltadas para a prática de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), ou seja, aqueles que possuem maior relevância social, tais como o latrocínio e o homicídio doloso.

A metodologia deste estudo parte de uma pesquisa exploratória-descritiva, quanto aos fins e uma abordagem qualitativa quantos aos meios de modo a ser utilizado um método histórico-teórico e normativo-dedutivo, utilizando-se dos procedimentos de revisão bibliográfica e abordagem documental no levantamento de dados.

O estudo em comento é inédito e tem por alvo inicial a desconstrução da narrativa mitológica da "Polícia Militar menos corrupta", arraigada no inconsciente coletivo, como ação necessária para compreender o fenômeno da gênese, atuação e consolidação das milícias no setentrião com suas peculiaridades regionais, tendo por escopo final a formulação de propostas de políticas de segurança pública preventivas e de repressão qualificada, estabelecendo parâmetros de monitoramento de atividades ilícitas e produzindo conhecimento estratégico que permita vislumbrar novos arranjos, incluindo alianças com outras organizações criminosas (facções) e preservando, em última análise, a própria instituição polícia militar de pechas metafóricas ou metonímicas desonrosas resultantes do conhecimento de ações individuais de alguns de seus integrantes.

Palavras-chave: garimpo; homicídio; milícia; mito; Polícia Militar; Roraima.

VIOLÊNCIA, CRIME ORGANIZADO EM ÁREAS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS NA CIDADE DE BOA VISTA/RR

Waltencir Barroso Simão

A globalização extingue as diversas barreiras, seja no âmbito econômico, social, cultural e da informação, onde proporciona estreitamentos de relações e por consequência, os entraves para um mundo sem fronteiras. Assim como as organizações comerciais se enquadram neste processo globalizado de troca de informações do mundo corporativo, como fator de competitividade, outra organização vem usufruindo deste estreitamento, o crime organizado, no qual buscou adequação a estas transformações, aperfeiçoando e expandindo as suas atividades criminosas, copiando modelos utilizados por outras facções mundo afora, captando membros com especialidades em diversas áreas como: contabilidade, tecnologia da informação, administração dentre outras, com o intuito de transformar o seu diferencial de inteligência e logística para alcançar seus objetivos, ou seja, é o uso do *benchmarking* do mal.

O aumento da violência no estado de Roraima vem coincidir com um fenômeno que mudou a rotina de todos: a migração em massa de venezuelanos. A grave crise econômica e social que assola a Venezuela, um dos países que fazem fronteira com o Brasil, através do município de Pacaraima, localizado ao norte do estado de Roraima, a 203 km da capital Boa Vista, vem proporcionando uma migração descontrolada, e entre esses imigrantes, estão pessoas ligadas a facções que comandam direta e indiretamente atividades

ilícitas ligadas ao narcotráfico, armas, tráfico de pessoas e de órgãos humanos.

Este fenômeno social mexeu de forma significativa com as frágeis condições de segurança, onde o estado tornou-se mais um a sofrer com a disputa de facções criminosas, como: Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Família do Norte (FDN) e agora, como foi constatada pela inteligência da Polícia Federal, setores de inteligência do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e da Secretaria de Segurança de Roraima, células da maior facção criminosa em atividade na Venezuela vem operando na cidade, o PRANATO (acrônimo de preso rematado, assassino nato).

Estas organizações vem cooptando de forma muito célere membros (homens e mulheres) em sua grande maioria, jovens em idade a partir dos treze anos, em vulnerabilidade social para as suas atividades ilícitas. A presença destas facções tem agravado o quadro de insegurança, onde membros disputam de forma violenta, com uso de armas brancas e de fogo, eliminando seus rivais para a obtenção do controle de pontos de drogas e prostituição, o que por consequência, a população se sente ameaçada pela ineficiência estado.

Segundo o 15° Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um aumento de 65% de violência em Roraima. Segundo a Secretaria de Segurança de Roraima, as áreas socialmente vulneráveis na cidade, com atuação destas facções são ruas, avenidas e praças públicas nos bairros: Senador Hélio Campos, Cauamé, Santa Tereza, União, Asa Branca, Tancredo Neves, Alvorada, Equatorial, Buritis, Santa Luzia, Cidade Satélite, Professora Araceli Souto Maior e Pintolândia, todos na zona Oeste da capital.

O objetivo desta pesquisa centrou-se em mapear áreas socialmente vulneráveis em que o crime organizado atua na cidade

de Boa Vista/RR. Portanto, o estudo dessa temática justifica-se pela necessidade de se aprofundar nos conhecimentos e mecanismo em que o estado vem utilizando para o combate as milícias, crimes e facções criminosas.

A metodologia da pesquisa parte de uma revisão bibliográfica, documental e de campo, relacionando de forma mais profunda e concisa com suas particularidades, contribuindo para a maior compreensão e futura aplicação do estudo dessa temática. Embora a Portaria n° 69, de 22 de Junho de 2021, que institui o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado no âmbito do Ministério Público Federal no Estado de Roraima (GAECO-MPF/RR), tenha sido publicada e autorizada, ainda demorará para a sua efetivação, pois são necessárias etapas de estruturação do grupo (nomeação dos procuradores que irão integrar o grupo), análise de procedimentos (formas de atuação, de demanda, de forma de distribuição de matérias, entre outras), por parte do Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF) e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Entende-se que o sistema violento em que a cidade de Boa Vista/RR, se encontra são causas e heranças que governos passados e presente que insistem em não combater com efetividade (por diversos motivos e interesses) as ações que as organizações criminosas organizadas praticam em todo estado. A população entende que o sistema de justiça estadual e municipal está pouco efetivo ao combate a essa escalada de criminalidade. Espera-se que segurança pública seja agenda prioritária dos atuais governos estadual e municipal, e que se invista mais em educação, políticas de sensibilização para uma cultura de paz, não como forma paliativa, mas, para o combate a raiz dos problemas, a desigualdade social.

Palavras-chave: crime organizado; Roraima; violência.

AUTORES

AUTORES

Adriana Roseno Monteiro

Alexandre Soares de Melo

Altiva Barbosa da Silva

Ana Luiza Gonçalves de Abreu

Ana Paula Dias Tenente

Anabelle Jeniffer Garcia Alves

Ananda Monteiro Fernandes

Artur Rosa Filho

Betina Galves Rui

Bruno Sobral Barrozo

Cândida Alzira Bentes de Magalhães

Carla Appollinario de Castro

Claycia Maria Rocha Machado

David Luiz Rodrigues de Almeida

Elói Martins Senhoras

Fabiana Rikils

Flávia Amaro Gonçalves Tavares

Francisleile Lima Nascimento

Giovanna Patrícia de Oliveira Rodrigues

AUTORES

Hiago Pereira

Ingrid Cardoso Caldas

Karine Moura Lisboa

Karynne Magalhães Melo

Ketiane da Costa Guerreiro

Larisse Vieira Normandia

Lídia Pinheiro de Matos

Marcos Antônio de Oliveira

Marcos Lazaro Ferreira Gomes

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Marta Margareth Braid de Melo

Nannibia Oliveira Cabral

Ordilei Rocha Pereira

Pâmela Vieira da Silva

Raphaelie Pimentel Galdino da Silva

Simone Arruda do Carmo

Tony Guarnielle Barbosa Ribeiro

Vandercleia da Costa Torquato

Waltencir Barroso Simão

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022